



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

MARIA DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

**HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: discursos que
emergem em uma escola pública da cidade de Sumé - PB**

MONTEIRO – PB

2014

MARIA DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: discursos que emergem em uma escola pública da cidade de Sumé - PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

MONTEIRO – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48h Oliveira, Maria do Carmo Almeida de.
Homossexualidade na escola [manuscrito] : discursos que emergem em uma escola pública da cidade de Sumé - PB / Maria do Carmo Almeida de Oliveira. - 2014.
66 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira, Departamento de Filosofia".

1. Homossexualidade - Escola. 2. Educação inclusiva. 3. Homofobia. I. Título.

21. ed. CDD 372.372

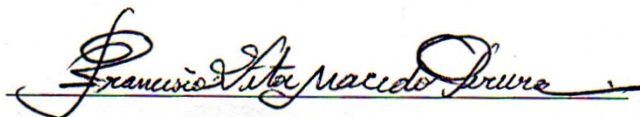
MARIA DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

**HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: discursos que emergem
em uma escola pública da cidade de Sumé - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em *Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares*, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

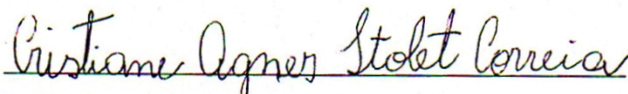
Monografia aprovada em 29/11/2014.

Banca Examinadora



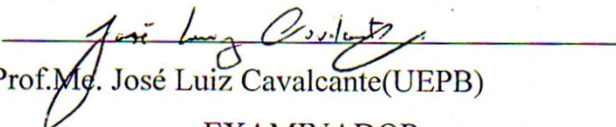
Prof. Dr. Francisco Vitor Macedo Pereira (UNILAB)

ORIENTADOR



Prof.^a. Dra. Cristiane Agnes Stolet Correia (UEPB)

EXAMINADORA



Prof. Me. José Luiz Cavalcante (UEPB)

EXAMINADOR

A minhas filhas, Luna e Lívia,
por me darem ânimo e coragem
para nunca desistir de meus sonhos e
por serem a maior alegria da minha vida.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de início, a Deus, por ter me concedido a vida e inúmeros dons, os quais procuro ampliar a cada dia, em busca de um desenvolvimento pessoal e profissional.

A meu esposo, Agnaldo Lima de Oliveira, pelo companheirismo, pela força dispensada diariamente e pela compreensão, diante das minhas ausências.

A minhas filhas, Maria Luna e Lívia Maria, por serem o sorriso em meu rosto, a força em meus braços e a certeza da vitória em minha mente.

A minha família, pai e mãe, irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, enfim, a todos que são meu porto seguro, meu alicerce, minha casa.

A meu sobrinho Felipe e minha afilhada Mireli, pelo apoio incondicional, pelas noites em que abdicavam de seu descanso para me ajudar com as crianças e permitirem que eu pudesse escrever este trabalho.

A meu orientador Francisco Vítor, pela paciência, pelos conselhos valiosos e por acreditar no meu trabalho, mesmo quando eu achava que não iria conseguir.

A todos os meus professores e às professoras da Especialização Fundamentos da Educação, sobretudo a Suzana Queiroga e a Jussara Carneiro Costa. A primeira por colaborar com meus estudos, quando precisei me ausentar para dar à luz, e a segunda por me despertar para o tema da homossexualidade na escola.

Aos professores e às professoras, colegas de curso, pela interação, pela troca de conhecimentos e por me mostrarem que a educação no nosso Estado pode ser levada a sério.

A todos/as os/as participantes da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, por me terem permitido adentrar em seus imaginários, extraindo de cada concepção as respostas a minhas indagações.

Enfim, a todos/as que sempre confiaram e confiam em meu potencial. Que eu possa fazer por onde merecer tamanha credibilidade.

Obrigada!

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

*São dotadas de razão e consciência e devem agir
em relação umas às outras com espírito de fraternidade.*

(Declaração Universal do Direitos Humanos – Artigo I)

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar de que forma o tema da homossexualidade e o/a estudante homossexual são tratados no espaço da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, na cidade de Sumé – PB. De maneira mais específica, analisamos se há abordagens (pedagógicas ou não) acerca do tema na escola e se professores/as, alunos/as e gestoras costumam cultivar a inclusão ou a exclusão de gays e de lésbicas. Além disso, procuramos identificar discursos que evidenciem preconceito e homofobia na escola. Por meio da aplicação de um questionário contendo 23 perguntas para discentes e 24 para docentes e gestoras, foi realizada uma pesquisa exploratória, de abordagem quantitativa e qualitativa, buscando identificar os objetivos propostos. Os resultados do estudo indicam que ainda não há um devido enfoque do tema da homossexualidade na escola pesquisada, o que gera falta de conhecimentos e, conseqüentemente, preconceitos por parte da maioria dos/as integrantes dessa instituição. Identificamos certo despreparo nos/as professores/as e gestoras, o que impede um tratamento adequado do tema. Por conseguinte, os/as educandos/as também não estão preparados para lidar com o assunto, muito menos para conviver harmoniosamente com homossexuais, já que não recebem informações sobre isso em casa nem na escola. Logo, vê-se que é decisivo o papel da escola na promoção do bom convívio entre as diversas formas de sexualidade, de modo a combater os inúmeros casos de homofobia, tão recorrentes atualmente, haja vista que é através do conhecimento que se tornará possível lutar contra todas as formas de violência, de comportamentos discriminatórios e preconceituosos.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. Educação. Inclusão. Homofobia.

ABSTRACT

This study aims to investigate how the topic of homosexuality and homosexual students are considered within the EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz staff, in Sumé town - PB. More specifically, we analyze whether there are approaches (pedagogical or not) on the subject among school and teachers, students and management, usually cultivating the inclusion or exclusion of gays and lesbians. In addition, we sought to identify discourses that show prejudice and homophobia in school. Through the application of a questionnaire containing 23 questions for students and 24 for teachers and administrators, an exploratory research, based on quantitative and qualitative approach, was performed in order to identify those goals. The results of the study indicate that there is a proper approach to the subject of homosexuality in the studied school, generating lack of knowledge and therefore prejudice by the part of most of the members of this institution. We identified certain misunderstanding concerning the teachers and the principals, which prevents adequate treatment of the subject. Therefore, the students are also not prepared to deal with it, much less to live harmoniously with homosexuals, since they do not receive information about it at home nor at school. Therefore, it is seen that the school's role is critical in promoting good relationships between various forms of sexuality, in order to combat the numerous cases of homophobia, as researches currently indicate. Moreover, it is only through knowledge that it will become possible to fight against prejudicial behavior, discrimination and violence against gay people.

KEYWORDS: Homosexuality. Education. Inclusion. Homophobia.

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------------|--|-----------|
| Gráfico 1 | Idade dos/as estudantes respondentes | 35 |
| Gráfico 2 | Sexo dos/as estudantes respondentes | 35 |
| Gráfico 3 | Religião dos/as estudantes respondentes | 36 |
| Gráfico 4 | Idade dos/as docentes e gestoras respondentes | 36 |
| Gráfico 5 | Sexo dos/as docentes e gestoras respondentes | 37 |
| Gráfico 4 | Religião dos/as docentes e gestoras respondentes | 37 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 SER OU NÃO SER: GAY, É QUESTÃO DE ESCOLHA? | 12 |
| 2 HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO | 20 |
| 3 A EVIDÊNCIA <i>DOS GAYS</i> E <i>DAS GAYS</i> DA E.E.E.F.M. PROFESSOR JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS DA PESQUISA | 33 |
| 3.1 A E.E.E.F.M. José Gonçalves de Queiroz | 34 |
| 3.2 Participantes da Pesquisa – perfil dos/das respondentes | 35 |
| 3.3 Instrumento para a coleta dos dados | 39 |
| 3.4 Processo de obtenção dos dados da pesquisa | 39 |
| 3.5 Etapa de análise dos dados | 40 |
| 3.6. Análise crítica dos resultados obtidos | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 56 |
| APÊNDICES | 57 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO/A GESTOR/A | 598 |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO/A PROFESSOR/A | 61 |
| APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DO/A ALUNO/A | 64 |

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente no qual entramos em contato, desde a primeira infância, com a diversidade humana. Ainda assim, o seu pressuposto maior – para além da interação e da integração das diferenças - é a formação dos sujeitos para o exercício ordenado e produtivo da vida em sociedade. O papel dessa instituição é, pois, substancialmente, o de formar - conferindo aos sujeitos conteúdos e habilidades para a atribuição dos papéis no meio social; apenas subsidiariamente ela orienta, fazendo conhecer e interagir as diferentes opiniões e atitudes acerca da realidade. Portanto, no mais das vezes, a educação segue, ainda nos dias atuais, a se basear em normas rígidas e excludentes, consonantes a paradigmas de habilitação e de qualificação, conforme critérios de eficiência e de preparo - os quais sistematicamente excluem as manifestações que se diferenciam dos ideais socialmente valorizados e pretendidos.

Quando o assunto que toca a realidade é a *homossexualidade*, a escola resume, comumente, o seu tratamento ao comentário genérico e remetido à conta de *questão de foro íntimo*, ou, quando não, associa-o a eventual distonia de comportamento, ou ainda a fenômeno distante da normalidade – em tentativas mal disfarçadas de manutenção da ordem, timidamente conjugadas pela postura de uma tolerância compulsória. Ao lado disso, igualmente se percebe, ainda, a sobeja ignorância, o desconforto, senão a má vontade com relação ao tema, quando desbragadamente não ressumem as atitudes discriminatórias e preconceituosas.

O fato incontestável é que os índices de crimes homofóbicos crescem a cada dia e que é gritante a necessidade de uma educação que verdadeiramente leve em conta a diversidade sexual, atuando ante as inquietações e a falta de informações de grande parte do alunado. Não se deve esquecer que crimes de ódio podem se iniciar com *simples* apelidos vexatórios, com *inofensivos bullyings* e culminar em agressões mais graves e mesmo em violências brutais, como o assassinato. Diante disso, não é mais possível que a escola continue silente e, praticamente, cúmplice dessa realidade.

Percebemos como nítida a necessidade de se modificar as abordagens acerca da homossexualidade no meio escolar, muitas das quais ainda baseadas em consensos equívocos de que *ser gay é algo errado e impróprio*. Pelo contrário, a escola deve promover amplo debate sobre o tema, de modo a ampliar os conhecimentos dos/as participantes, sobretudo

jovens e adolescentes, e assim promover o desenvolvimento integral do/da estudante e a sua educação para a diversidade.

Com essa convicção em mente, este trabalho foi realizado e, para melhor compreensão das etapas, dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Ser ou não ser: gay, é uma questão de escolha?*, traçamos um panorama da relação conflituosa entre escola e homossexualidade, demonstrando nossos objetivos e hipóteses a respeito dessa relação (direcionadoras desta pesquisa). Além disso, relatamos alguns dados atuais acerca da homofobia no Brasil, acentuando o quanto homossexuais não escolhem jamais passar por essa violência.

No capítulo dois, com o título *Homossexualidade na escola: uma questão de educação*, destacamos o fato de que a escola costuma mascarar a homossexualidade nela existente, o que pode contribuir para o crescimento duradouro das manifestações homofóbicas.

No terceiro capítulo, *A evidência dos gays e das gays da EEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, análise e discussão dos resultados obtidos da pesquisa*, inicialmente apresentamos o cenário e os/as participantes do estudo. Em seguida, são discutidos e analisados os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados na escola pesquisada.

Por fim, nas *Considerações finais*, elencamos nossas impressões a respeito da confirmação das hipóteses aos questionamentos da pesquisa. Ademais, são evidenciadas novas indagações, as quais poderão compor novas pesquisas.

1 SER OU NÃO SER: GAY, É QUESTÃO DE ESCOLHA?

De que forma os/as alunos/as homossexuais são vistos/as na escola? Se eles/as estão nesse espaço, e a cada dia se afirmam em sua sexualidade, por que praticamente não se fala a respeito da homossexualidade na escola? Afinal, o que promove essa espécie de invisibilidade desses/as alunos/as no espaço e na concepção do trabalho escolar?

É sabido que os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) já incluem a orientação sexual como ponto essencial a ser trabalhado na escola. Segundo esses parâmetros, “as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. *Ignorar, ocultar ou reprimir são, contudo, respostas habituais dadas por profissionais da escola*, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lido apenas pela família” (BRASIL, 1998, p. 291, grifos nossos).

A “escola de massa, recheada de corpos e de mentes diferentes, faz surgir uma diversidade de pensamentos, de ideias, de preconceitos, que são reflexo da própria sociedade” (ANDRADE, 2012, p. 222). Nesse âmbito, a sexualidade, em seus múltiplos arranjos de gênero e de formas de expressão, é algo natural e ínsito ao ser humano em todas as interações de sua vida social. Essa constatação, conflagrada também na abordagem dos Temas Transversais dos PCNs, conforme logo acima citada, denota algo que, porém, a escola normalmente ignora, reprime ou oculta em suas manifestações. Por que será?

Ante a evidência mal disfarçada dessa *estratégia de não falar nunca sobre o assunto*, de mitigá-lo a exotismos, quando não a pantomimas do comportamento, ou ainda de desbragadamente marginalizá-lo aos cantos, uma recorrente inquietação acabou por motivar-nos ao desenvolvimento desta pesquisa. Ora, partimos da convicção de que a escola não deve mais tentar enquadrar os seus sujeitos dentro de normas sexistas, censoras das moralidades de antigas vilezas e parametrais dos sentimentos e dos afetos humanos, em busca da manutenção do que alguns ainda persistem em querer manter como *a ordem natural das coisas*.

Não podemos esquecer, contudo, que a escola sempre se mostrou como a instituição por excelência de reprodução dos valores da sociedade moderna – motivo pelo qual, no mais das vezes, ela se torna, ao invés de lugar de combate aos preconceitos, foco de sua disseminação.

Partindo dessa reflexão, a escola é uma instituição que historicamente esteve a serviço da ordem, da disciplina e do controle. O que é ensinado na sala de aula deve ser estendido a outros lugares; não importa se o jovem está na praça, no quarto ou na igreja, um conjunto de regras sociais são acionadas

para demonstrar o *grau de civilidade*. Mas o inverso também procede: o que é aprendido lá fora, na família ou na igreja é levado para sala de aula, através de normas e valores morais (ANDRADE, 2012, p. 224)

Posto isso, o papel da escola é, justamente, fazer conhecer as diferentes opiniões e atitudes a respeito das diversas orientações sexuais, almejando desfazer as manifestações de desrespeito e de intolerância, as quais desembocam, muitas vezes, em violências físicas, simbólicas ou verbais.

Todavia, quando o assunto é *homossexualidade na escola*, a mais conciliadora das posições resume-se a ressaltar a pungente necessidade de um enfoque mais cuidadoso, no sentido de se conciliar a manutenção da ordem, sob a pátina de uma tolerância desconfortável e mesmo insincera. Não raro, o que se vê mesmo é a recorrência da mais completa ignorância e de posturas desrespeitosas, discriminatórias e mesmo desumanas com relação ao assunto. São posturas ainda arraigadas em preceitos fundamentalistas, elitistas, sexistas, racistas e mesmo fascistas, as quais instilam indiferenças e recidivas de ódio, de preconceito e de violência (de muitos matizes) no seio das relações de nossa sociedade.

Na verdade, persistem a vigorar em nosso cotidiano diversas tentativas e efetivas práticas de modulação e mesmo de correição das diversas formas e expressões das sexualidades, como imantação de pressupostos pseudocientíficos e moralistas; os quais, infelizmente, têm no cotidiano escolar um lugar privilegiado de formação e de disseminação. Com essa percepção, Junqueira (2009) nos indica que a

invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão. É inquietante notar que alguém que não pode existir, ser visto, ouvido, conhecido, reconhecido, considerado, respeitado, tampouco amado também pode ser odiado (JUNQUEIRA, 2009, p. 30).

Entram em jogo, nessa relação das instituições com a homossexualidade, elementos significativos no campo de sua invisibilização e de seus sujeitos, dentro e fora da escola. A opressão, por isso, não seria exercida de forma tão exacerbada por meio da agressão física (mesmo que possa suscitar essa consequência). A opressão se dá muito mais por meio da exclusão dos discursos, através das práticas pedagógicas que tiram da pauta o tratamento às diferenças sexuais. Essa opressão é velada, disfarçada, mas nem por isso menos cruel.

Além do mais, gays, lésbicas, bissexuais e transexuais constantemente são alvo de ódio. Porém, pode surgir a questão: como odiar alguém de quem nem se ouve a respeito, alguém que supostamente nem existe, por uma determinação de instâncias disciplinares

(como é a escola)? Nesse âmbito, é preciso que se estimule o senso crítico, de reflexão acerca dos comandos das sociedades de dominação. São necessários questionamentos acerca das regras convencionais em vigor, posto que elas, em vez de proteger, acusam e massacram indivíduos que não escolheram a condição da homossexualidade. Afinal, quem escolheria passar por essa opressão?

Nas relações e nas dinâmicas dos trabalhos na escola, o melhor que se obtém (ainda que de forma discreta) é apenas um enfoque em reconhecimento das diferenças morfológicas do sexo, geralmente nas aulas de biologia – quando, por exemplo, evidenciam-se o *ser masculino* e o *ser feminino*, ou o estudo anatômico-fisiológico dos corpos de homens e de mulheres, ou ainda as relações heterossexuais na adolescência e a necessidade da segurança em sua prática, etc. Portanto, *no melhor dos mundos*, os assuntos relativos à sexualidade em nossa escola reduzem-se ao incipiente esclarecimento a respeito da utilização de métodos contraceptivos, geralmente no sentido de se prevenirem doenças sexualmente transmissíveis e gravidez *indesejada*; algo que, certamente, é de suma importância, mas que está muito longe de abordar a complexidade dos temas da sexualidade na adolescência.

Ademais, segundo Louro (*in* JUNQUEIRA, 2009, p. 91):

Em nossa cultura, esse movimento, ou seja, o processo de heteronormatividade, parece ser exercido de modo mais intenso ou mais visível em relação ao gênero masculino. Observamos que desde os primeiros anos de infância os meninos são alvo de uma especialíssima atenção na construção de uma sexualidade heterossexual. As práticas afetivas entre meninas e mulheres costumam ter, entre nós, um leque de expressões mais amplo do que aquele admitido para garotos e homens (LOURO, *apud* JUNQUEIRA, 2009, p.91).

Nas abordagens dentro das salas de aula, bem como nos corredores da escola, há, de fato, essa cultura em torno da evidência do masculino. O menino deve demonstrar toda a sua masculinidade - desde a sua vestimenta até a impostação da voz. Existe uma vigilância muito mais acentuada em seus modos, em seus relacionamentos com outros colegas; tudo como forma de evitar um contato mais aprofundado que possa gerar um *desvio* da conduta heteronormativa. Dessa forma, são censurados, por exemplo, abraços afetuosos entre garotos, beijos, conversas longas e que revelem intimidades, brincadeiras que estimulem o contato corporal, entre outros gestos comuns. Para as meninas, nada disso é vetado. Os garotos começam, portanto, a internalizar desde muito cedo que não devem expor as suas emoções, o que pode gerar conflitos internos irremediáveis.

O corpo do garoto/homem seria, portanto, como o provedor da *semente da vida*, não lhe cabendo manifestações sensíveis, mas demonstrações de força e de vigor. À

menina/mulher, por ser receptora, se destinam os gestos amorosos e a sensibilidade. Somente a junção desses elementos opostos seria eleita pela escola – e pela sociedade em geral – como o normal e o esperado. Logo, extingue-se do padrão da normalidade qualquer manifestação homossexual, a qual não serviria ao propósito da reprodução humana.

Parece que tudo se dá como se a sexualidade humana se resumisse a funções, a finalidades, extinguida toda a discussão acerca dos sentimentos, das afetividades, dos envolvimento emocionais, das atrações e das manifestações sociais e culturais em torno do sexo, da erótica, da amizade, do namoro e do casamento.

Não se pretende dizer, com isso, que discutir os assuntos da anatomia e da fisiologia relativos ao sexo, nas aulas de ciências ou de biologia, não seja algo importante. Todavia, vale ressaltar que a sexualidade, sua manifestação, sua orientação e sua expressão, de fato, dizem respeito muito mais à atração sentida e experimentada pelos indivíduos entre si, independentemente do gênero, do que propriamente a funções anatômico-fisiológicas.

Desse modo, condiciona-se

o modelo *normal* como sendo a família nuclear, constituída por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social é, na verdade, mais do que normal, ela é tomada como natural. Processa-se uma naturalização — tanto da família como da heterossexualidade — que significa, por sua vez, representar como não-natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade. Esse padrão está presente explícita ou implicitamente nos manuais, nos discursos, nas políticas curriculares e nas práticas (por vezes até naquelas e naqueles que se pretendem progressistas) (LOURO, 1997, pp. 133-4, grifo da autora).

No mais das hipóteses, contudo, os temas relacionados à homossexualidade e à bissexualidade são completamente postos de lado, e mesmo ignorados entre os/as estudantes, professores/as, coordenadoras/es, supervisores/as e gestoras/es – como *assunto espinhoso*, *vergonhoso*, ou ainda como apêndice exótico e atípico, referente a *patologias* ou a *desvios raros* da condição sexual humana. Risivelmente, a homossexualidade é vista na escola como algo de que *se escuta falar*, de que se sabe que *existe em algum lugar*, posto que à distância bem isolada dos olhos e das atenções dos circunstantes. É como se ela, a homossexualidade, simplesmente não existisse ali na escola, no meio familiar ou em outras situações da vida social, ou ainda como se fosse algo de importância secundária ou quase inexistente. Desse modo, “ao incorporar-se a um espaço majoritariamente heterossexual, as diversas sexualidades *minoritárias* mencionadas promovem *choques culturais* e, conseqüentemente, estabelecem táticas de sobrevivência e sociabilidade” (ANDRADE, 2012, p.118, grifos da

autora). Na verdade, a escola proscreeve a homossexualidade como se ela não dissesse nada de relevante a respeito do cotidiano de gays e de não gays.

A partir da hipótese de que a homossexualidade encontra-se absolutamente mascarada na escola, sob a camuflagem de diferentes discursos enviesados (do/a estudante, do/a professor/a, da equipe pedagógica e do/a gestor/a), é perceptível a necessidade de se analisar como os/as homossexuais são incluídos/as (ou não) no ambiente escolar. Se se pretende torná-lo/as invisíveis, é importante diagnosticar as causas e a autoria dessa condição de apagamento e de alijamento, a qual pode pertencer aos próprios/as alunos/as, à gestão ou, ainda, à classe docente. É nosso papel, juntamente com os/as educadores/as, buscar definir as causas dessa exclusão, as quais podem variar entre a falta de consciência a propósito da alteridade, chegando, até mesmo, a manifestações homofóbicas: de pequeno e de grande potencial ofensivo, de massacrantes violências simbólicas, psicológicas e físicas. Só a partir do diagnóstico dos motivos dessa exclusão, portanto, é que se torna possível traçar estratégias para a tentativa de dissuasão de preconceitos e de práticas discriminatórias e mesmo criminosas.

Com relação a esse descompasso da escola ante a realidade da diversidade da sexualidade humana, sobretudo com o público juvenil, é preciso, também, tornar claro o fato de que

possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (LOURO, 2000, p. 11)

Diante do exposto, pretende-se, por meio deste trabalho, entender de que modo o tema da homossexualidade e o/a aluno/a homossexual são tratados no ambiente específico da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz. Será que esta escola tem afirmativamente proporcionado aos/às estudantes gays e não gays o debate e o esclarecimento necessários para o exercício pleno da cidadania, em específico quanto à autodeterminação dos indivíduos no sentido do respeito e da valorização da diversidade sexual? Ou será que a escola se mantém silente diante das violências e dos preconceitos sexuais?

De forma localizada, portanto, pretendemos investigar como os/as participantes do cotidiano dessa escola lidam com a homossexualidade e com os/as homossexuais; observar em que situações (aulas, palestras, projetos) se aborda o tema da homossexualidade na escola;

investigar se tais abordagens costumam incluir, acolher ou simplesmente excluir os/as homossexuais e; ainda, identificar indícios de persistência e mesmo de práticas sistemáticas de preconceito e de homofobia na escola e no cotidiano de seus trabalhos e atividades - no que reste demonstrado o seu descaso, despreparo e mesmo preconceito ante à chamada de combate aos crimes e às práticas de violência contra os/as homossexuais em nossa sociedade.

Segundo o Portal EBC¹ (Empresa Brasil de Comunicação), a cada 28 (vinte e oito) horas ocorre no Brasil um crime de assassinato por homofobia. Ainda, “entre 2013 e 2014, foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, de acordo com relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB)” (EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO, 2014). As estatísticas deste ano revelam proporções ainda mais violentas, pois só no mês de janeiro foram assassinados 42 (quarenta e dois) homossexuais, o que aponta uma morte a cada 18 (dezoito) horas. As maiores vítimas desses crimes são gays masculinos (59%, cinquenta e nove por cento, dos casos), seguidas de travestis (35%, trinta e cinco por cento), lésbicas (4% quatro por cento) e bissexuais (1% um por cento).

De acordo com o mesmo Portal, o Brasil é o atual campeão mundial de crimes homo-transfóbicos e concentra “quatro quintos (4/5) de todas as execuções do planeta” (EBC – EMPRESA BRASILEIRA, DE COMUNICAÇÃO, 2014). Pernambuco e São Paulo são os estados brasileiros onde mais vítimas perderam as suas vidas diante da violência homofóbica. Já Roraima e Mato Grosso são considerados os mais perigosos, enquanto Manaus e Cuiabá foram as capitais onde se registraram mais crimes homofóbicos. A região Nordeste é a mais violenta quando proporcionalmente comparada às demais regiões e apresenta uma porcentagem de 43% (quarenta e três por cento) de homicídios envolvendo motivos homofóbicos. Estima-se que um cidadão, do sexo masculino, entre 15 (quinze) e 45 (quarenta e cinco) anos de idade, tenha, em média, no Brasil de duas a três vezes mais chances de ser assassinado do que outro que não seja identificado como gay (Cf. EBC – EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/>).

Quem sobre esse tipo de violência, certamente, não terá a mesma vida de antes, e pode começar a se questionar acerca da validade de sua orientação sexual. Pode, inclusive, se culpar pelo ocorrido, como se ser ou não ser gay fosse uma mera questão de escolha. A partir da violência (contra si ou contra outros/as), o/a homossexual viverá em constante situação de

¹ Dados estatísticos disponíveis em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/homofobia-gera-um-assassinato-a-cada-28-horas-no-brasil>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

medo, temendo por sua vida, o que pode impedir o seu direito de livre expressão da sexualidade. Queremos, por justo, saber o que a escola tem feito com relação a isso.

Ainda segundo o jornal eletrônico *Estadão Brasil*², o número de denúncias ligadas à homofobia cresceu 460% (quatrocentos e sessenta por cento) nos últimos dois anos – o que demonstra que as pessoas têm perdido o medo em denunciar abusos e crimes. Até outubro deste ano, o Disque 100 registrou a denúncia de mais 6,5 (seis, cinco) mil casos de manifestações e de agressões homofóbicas; sendo que, a cada quatro dessas manifestações, três têm como vítima homossexuais masculinos. Assim ocorreu com o estudante de direito André Baliera, de 29 anos, espancado por dois homens na zona oeste de São Paulo, em 2013. Segundo o site, André voltava a pé para casa quando Bruno Portieri e Diego Souza o ofenderam por causa de sua orientação sexual. Depois de uma discussão, André foi violentamente agredido pela dupla. O rapaz, após esse episódio, evitava sair de casa e precisou de ajuda psiquiátrica (com o uso de remédios) para poder reagir à violência sofrida. Ele passou seis meses sem sequer passar na frente do posto onde foi agredido e, quase dois anos depois, ainda convive com sentimentos de terror. Apesar disso, e de ainda sofrer preconceitos, André não mais aceita passivamente as agressões. Ele chama a polícia quando se sente ofendido ou ameaçado. Queremos saber se há em nossa escola o debate e o levantamento em torno de situações análogas de violência e de agressão contra os/as homossexuais em nossa região – e se a escola positivamente os repudia.

Cientes de casos como esses, revoltantes, de violência brutal e inconcebível, a traduzirem o morticínio de jovens, em sua maioria, por absurdos crimes de ódio, certamente esta pesquisa servirá como subsídio aos/às educadores/as que se preocupam, como agentes sociais e como pessoas humanas, em combater todas as formas de violência e de massacres, de muitos tipos, contra as vidas de tantos/as inocentes. Acreditamos que, cômicos/as de seu papel, os/as educadores/as não de promover a interação respeitosa e acolhedora com as diversas formas e expressões da sexualidade humana na escola, especificamente com a homossexualidade, evitando o cultivo do preconceito e os consequentes e nefastos atos de violências, sejam eles simbólicos, psicológicos, verbais ou físicos.

Com assento no referencial teórico escolhido (Louro, 2003; Andrade, 2012; Junqueira, 2009; Foucault, 1998; entre outros/as), entendemos que é imprescindível tocar cada vez mais no assunto da homossexualidade e promover a sua visualização e a sua compreensão; de modo a desarmar a lógica de todo e qualquer dispositivo de exclusão, de

² Disponível no site <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-hora-1-gay-sofre-violencia-no-brasil-denuncias-crescem-460,1595752>>. Acesso em 22 nov. 2014.

estranhamento e de promoção da discriminação, do preconceito e do ódio. Afinal de contas, a homossexualidade sempre se mostrou comumente presente nas mais diversas formas de interação social e intersubjetiva – dos mais diversos contextos sociais de todos os tempos -, em virtude de ela ser apenas *mais uma* das muitas formas sadias e desejáveis de se vivenciar a sexualidade, a qual é imensa e humanamente tão diversa, e não restrita meramente a funções reprodutivas.

Por fim, não falar aberta e conscienciosamente a respeito do tema da sexualidade e, em específico, da homossexualidade, significa contribuir para a exacerbação das criminosas e desumanas práticas homofóbicas (sentimentos negativos de opressão e de perseguição em relação aos homossexuais), as quais temos assistido diuturnamente em expressões ainda bastante comuns de violência e de agressividade em nossa sociedade. Louro (2013) reforça essa posição, ao afirmar que “ao não se falar a respeito deles e delas [dos/as homossexuais], talvez se pretenda ‘eliminá-los/as’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as” (LOURO, 2013, p. 84, grifo da autora). Não falar, segundo a autora, garantiria, portanto, uma espécie de *normalidade das coisas*; como se, assim, os/as homossexuais deixassem de existir ou não pudessem despertar desejos em sujeitos considerados *dentro da norma*.

Além do exposto, “é necessário pensar além das identidades [...], perceber que os conceitos não dão conta da realidade, que são, no mínimo, ferramentas discursivas que podem, ou não, ajudar neste trabalho” (ANDRADE, 2012, p. 122). Por tudo isso, vê-se a importância de se trabalhar esse tema, com a intenção de se desmascarar discursos e práticas preconceituosos (às vezes contra a situação do/a próprio/a emitente, como lamentável manifestação homofóbica internalizada) e de promover o convívio e o trabalho em meio a relações mais harmoniosas, mais humanizadas, no que digam respeito ao convívio e mesmo à interação com a diversidade, com as diferentes expressões da sexualidade e manifestações dos afetos e dos sentimentos. Trata-se, portanto, de abordar abertamente o tema da homossexualidade e jamais de escondê-lo, camuflá-lo ou escamoteá-lo da sociedade e, sobretudo, da comunidade escolar. Trata-se da ação proativa, envolvida em desvencilhar todo o preconceito intrínseco à formação das subjetividades no presente e em mostrar que a escola pode ser um ambiente acolhedor de toda e qualquer orientação da sexualidade e dos sentimentos de afeto: valorizando a individualidade, ao mesmo tempo em que incentivando a igualdade de direitos, de deveres e de possibilidades para todos e para todas.

2. HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA QUESTÃO DE EDUCAÇÃO

Desde o seu surgimento, como instituição formal de ensino e de instrução - na Modernidade do século XVII -, a escola caracteriza-se como espaço de formação, baseado em regras e em procedimentos oficiais. A criança, ao adentrar nesse espaço, seria como um ser a ser civilizado – na verdade, a ser domesticado para a vida social, durante os longos anos de escolarização. Desde o início, esses/as educando/as passariam por um processo de modelização de suas atitudes, de parametrização constitutiva de suas subjetividades, em formação para o desempenho dos papéis na vida social, conforme a ordem da produção dos sentidos, dos modos, dos comportamentos, dos discursos e das práticas de saberes e de disciplinas vigentes no meio social. Deve-se aprender ali não somente as letras e os números, é preciso também se obter noções básicas de como se comportar em uma sociedade – conhecimentos esses que podem abranger desde o modo de sentar-se adequadamente até um senso crítico admissível e mesmo desejável diante da realidade.

Segundo Michel Foucault (1987), é no interior de instituições como a escola que se instauram técnicas de vigilância, de disciplinamento e de punição, as quais pretendem sujeitar os corpos, torná-los retos, dóceis, estáveis e aptos à reprodução dos valores e dos institutos da vida social. Essas instituições são diuturnamente conduzidas por micro poderes, os quais se sustentam e se ordinariam por meio das atitudes mais comuns dos sujeitos, de dentro para fora, elegendo ideais culturalmente estereotipados e nomeando-os como *normais* - com base nos valores e nas práticas segundo os quais foram formados. Esses poderes produtivos de valores, de modos e de comportamentos decorreriam, na verdade, de todas as partes, imiscuídos nas relações entre uns e outros sujeitos, de forma dinâmica e móvel. Os corpos seriam, então, disciplinados sem ao menos se darem conta de todos os expedientes e coerções infligidos para a sua (con)formação, e atenderiam alienadamente aos princípios de dominação sobre eles estabelecidos e mantidos, como se fossem todas as imantações de poderes e de ingerências - de efeitos e de dispositivos para a contenção e para a adequação dos mesmos - algo considerado perfeitamente natural.

Partindo dessa percepção genealógica de Michel Foucault, Louro (1997) nos indica que “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e de códigos, ela afirma o que

cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o *lugar* dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p.58, grifo da autora).

Muito embora já se verifique a veiculação de discursos em torno de diversidades e de pluralidades possíveis dentro da escola, é provável que tais atualizações sigam a proceder conforme a ordem instituída do discurso oficial e atávico da educação, sem efetivamente representarem emancipação consciencial dos sujeitos, mas apenas edulcorando discursos de aparências e de cores inclusivas – conforme procedimentos de manutenção da homogeneização à conta dos direitos e à cata da ética, sem, contudo, materializarem práticas de efetiva dignidade, respeito e interação entre as diferenças.

Nesse contexto de mera composição nominal, os/as participantes da esfera escolar, quanto menos expressarem as suas opiniões e anseios, mais serão bem aceitos no jogo da aparência democrática e da roda comunicativa no âmbito do discurso. Os discursos mantêm-se, assim, a serem remodelados e supostamente atualizados: se pode falar, *mas há hora e local para se falar*. Inequivocamente, há toda uma agenda de assuntos válidos e atuais a serem discutidos e outros que, prudentemente, devem ser dispensados da rotina escolar – ainda que não nominalmente rechaçados. A sexualidade (e a sua pluralidade), nesse enleio, quase nunca é tema de conversa, muito menos de aula e, por isso, as demonstrações de preconceito acerca do *diferente* seguem superlativizadas pela ignorância e pelo desconhecimento. Em matéria de sexualidade, *para a massa do discurso escolar*, tudo o que, por exemplo, foge à norma heterossexual ditada pela sociedade é simplesmente *a exceção menor, o que decerto existe mas não é comum*, e que ainda *deve ser respeitado* – posto que *como diferença exótica e preferencialmente a adequar-se*.

Como forma de acentuar o perfil heterossexual,

a mecânica do poder que persegue todo esse despropósito [comportamentos tidos como aberrantes, como a homossexualidade] só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem (FOUCAULT, 1988, p. 44).

Ao invés de autenticadora dos saberes a propósito *da ordem natural da desordem*, a escola deveria ser o local onde se extinguissem as expressões e as manifestações de preconceito, pelo poder autolibertador que a educação pode ter. Pelo contrário, todavia o que se segue vendo é a busca pela padronização e pela classificação dos sujeitos, a serem habilitados a uma vida bem sucedida no meio social, a elegerem a heterossexualidade como único meio decente de se viver os desejos e as vontades sexuais. A homossexualidade figura

invariavelmente como uma desordem, um desvio, um descompasso, uma desvirtuação, um vício, uma doença, uma fraqueza, um pecado.

Desse modo, as atitudes em torno desse objetivo de homogeneização dos comportamentos sexuais dos sujeitos não só transmitem e reproduzem a discriminação, mas muitas vezes produzem-na e cultivam-na. “Impera, nesse caso, o princípio da heterossexualidade presumida, que faz crer que não haja homossexuais em um determinado ambiente (ou, se houver, deverá ser *coisa passageira, que se resolverá quando ele/ela encontrar a pessoa certa*)” (JUNQUEIRA, 2009, p.31, grifos do autor).

Junqueira (2009) também nos explicita que, relativamente à sexualidade no contexto escolar, “é importante criar, nos espaços de formação, oportunidades de fala e de reflexão, com vistas a fornecer recursos simbólicos às pessoas envolvidas nos encontros e nos desencontros com a diferença” (JUNQUEIRA, 2009, p.29). Portanto, sem se tocar no assunto, sem se explicitar a importância de conviver e de respeitar os outros, independentemente de serem héteros, bis, homos ou transexuais, corre-se o risco de incitar entre os/as educandos/as discursos discriminatórios, emergentes sempre que se entra em contato com a alteridade.

Muitos/as professores/as, de fato, preferem não abordar os temas das pluralidades e das diversidades na sala de aula – principalmente quando se trata de educação e de orientação sexual; às vezes, por puro desconhecimento, por não saberem lidar com o assunto. Desse modo, para não expor a sua falta de ciência, o seu *mau jeito* fazem de conta que não vêm as diversidades (e, conseqüentemente, suas desigualdades) sexuais. Entretanto, é preciso esclarecer que esse papel é, sim, da educação. Assim sendo,

ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação (JUNQUEIRA, 2009, p. 13).

O fato é que não se fala sobre a homossexualidade, apesar de todos/as saberem que ela está presente nas relações sociais dentro da escola. O que mais se percebe são risadas, piadinhas, apelidos em torno de gays e de lésbicas na escola. Assim, Louro (1997) nos explicita que “a negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los/as às *gozações* e aos *insultos* nos recreios e nos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos” (LOURO, 1997, p.68, grifos da autora).

A culpa por se sentirem desviantes permite que o poder se instaure insidiosamente sobre as suas subjetividades, a locupletar-se das suas fraquezas e das suas dissensões, e que imante a autoridade determinante de ações repressoras e mesmo violadoras de suas liberdades e possibilidades vitais. Segundo Foucault (1988),

o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e *hermafroditismo psíquico* permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de *perversidade*; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso de *reação*: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar a sua legitimidade ou a sua *naturalidade* e, muitas vezes, dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico (FOUCAULT, 1998, p. 96, grifos do autor).

Os gays, por exemplo, geralmente não deixam de receber destaque na escola, geralmente quando apresentam um trabalho artístico, de dança ou quando agem caricaturescamente no cotidiano. Nesses momentos, de forma muda, se revelam espetáculos de libertação, de tentativas de encaixamento e de aceitação num mundo heteronormativo que comumente os rechaça, tal como é a escola. Como afirma Junqueira (2009), “tal como ocorre com outras *minorias*, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar *algo a mais* para, quem sabe, *ser tratado/a como igual*” (JUNQUEIRA, 2009, p. 26, grifos do autor). Esse *algo mais* seria uma autoafirmação, comprovando uma capacidade que muitos não possuem, como é o caso da dança, e buscando um reconhecimento da sociedade.

Em consequência disso, visualizamos muitos desses/as estudantes constantemente se desinteressando pelo estudo convencional, pois não encontram sentido em estar em um ambiente em que se vêm hostilizados/as. Para fugir das demonstrações homofóbicas, se refugiam em seus espaços marginalizados e mesmo de gueto. Ao sentirem-se *anormais*, *destoantes*, se afastam, convivendo entre si em grupos quase fechados, como tentativa de fuga das humilhações constantes. Diga-se que essas humilhações podem ser praticadas somente com um olhar (de cima a baixo), à procura de caracterizações da homossexualidade em gays e em lésbicas, como forma de diferenciá-los/as da dita maioria heterossexual e de tratá-los/as como aberrações.

Diante disso, não se há que falar em *opção sexual*, como se fosse possível escolher ser homossexual para se sofrer, principalmente diante de tanta violência disparada em sua direção. Há de se tratar sim da *orientação sexual* dos sujeitos, deixando claro que

[...] as muitas formas de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada/o são ensaiadas e ensinadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As

possibilidades de viver os gêneros e as sexualidades ampliaram-se. As certezas acabaram. Tudo isso pode ser fascinante, rico e também desestabilizador. Mas não há como escapar a esse desafio. O único modo de lidar com a contemporaneidade é, precisamente, não se recusar a vivê-la. (LOURO, 2008, p. 23)

Portanto, a condição de se ser ou de não se ser gay nunca será um mero fator de escolha. Pode, contudo, ser encarada como mais uma possibilidade de se vivenciar os desejos e de se tornar concretos anseios íntimos. É lógico que existem nessa possibilidade inúmeros desafios a serem encarados. A família, a escola, a igreja, a sociedade como um todo, instituições disciplinares que ditam regras e seguem vigiando a todos/as, para que não haja qualquer infração, etc. Há normas que seguem a ditar, por exemplo, que *menino não usa rosa*, que *isso ou aquilo é coisa de afeminado*, que *cabelo grande é coisa de mulherzinha*, entre outras cristalizações essencialmente discriminatórias e machistas.

Entretanto, é importante destacar que

[...] os corpos, da mesma forma que os conceitos, não dizem tudo; por mais que sejam o palco e o atelier das identidades, não são uma *verdade absoluta*. As roupas que vestimos, os artefatos que usamos, as leituras que fazemos, os sotaques que falamos, as comidas que comemos, o dinheiro que gastamos, o filme a que assistimos, a música que ouvimos, a genitália que temos, tudo pode ser como uma miragem. Não é possível dizer quando essas embalagens, que rotulam e classificam o corpo, representam, de fato, os segredos mais íntimos (ANDRADE, pp. 122-3, grifos da autora).

Isso demonstra que a identidade não está estampada nos corpos, como muitos pensam. Quem nunca ouviu a frase *homem não usa brinco*? Esse modo de rotular é um forte indício de práticas preconceituosas, sexistas e homofóbicas. Além disso, as identidades (sobretudo atualmente) são móveis e flexíveis. O indivíduo pode se identificar com uma sexualidade hoje e outra amanhã, experimentando, vivenciando e (se) descobrindo nesse processo de identificação, o qual nunca será fixo e acabado. Segundo Louro,

[...] ao se conceber a identidade heterossexual como normal e *natural*, nega-se que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma *construção social*, que *toda* identidade esteja sempre em processo, portanto, nunca acabada, pronta, ou fixa. Pretende-se que as identidades sejam — em algum momento mágico — congeladas (LOURO, 1997, pp. 139-40, grifos da autora).

Com a intenção de se institucionalizar um padrão heterossexual é que se condenam as manifestações das demais sexualidades, tantas quantas forem. Contudo,

se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que *vigiar* para que os alunos e alunas não *resvalam* para uma identidade desviante? Por outro lado, se admitimos que *todas* as formas de sexualidade

são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos os seus prazeres e desejos (LOURO, 1997, pp. 81-2, grifos da autora).

Portanto, um/a estudante que se diz heterossexual se tornaria homossexual só pelo fato de que as escolas abordam a questão? Causa espanto, mas muitas pessoas ainda pensam dessa forma, e esse seria um dos motivos por procurarem não levar para o ambiente escolar aulas, projetos, trabalhos pedagógicos em que se trate da homossexualidade, da bissexualidade, da transexualidade...

Desse modo, abre-se espaço para constantes atos de homofobia, os quais podem se iniciar com piadinhas e terminar até em homicídios. Para superar essa realidade, foi criado no Brasil, segundo Junqueira (2009), em 2004, o *Programa Brasil sem Homofobia* (BSH), “voltado a formular e a implementar políticas integradas e de caráter nacional de enfrentamento ao fenômeno” (JUNQUEIRA, 2009, p.24). De acordo com o BSH, a democracia jamais pode se afastar do pluralismo e de políticas de equidade. Para atingir esse objetivo, faz-se necessário banir a indiferença e reconhecer a diversidade sexual, ademais da pluralidade de identidade de gênero. Só assim, seria possível garantir e promover a cidadania de todos/as.

Com o *Brasil sem Homofobia* em vigor, as práticas de ensino que contemplem a abordagem da diversidade sexual deveriam ser garantidas, já que os Ministérios e o Governo trabalhariam em prol das finalidades do programa. A área da Educação seria a mais envolvida nesse programa. Para ela, foram definidos os seguintes compromissos:

Elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações voltadas ao respeito e à não-discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; fomentar e apoiar cursos de formação inicial e continuada de professores sobre sexualidade; formar equipes para avaliar livros didáticos e eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e identidade de gênero; estimular a produção de materiais educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero e superação da homofobia; apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgar informações científicas sobre sexualidade; estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o enfrentamento da violência e da discriminação de LGBTs [lésbicas, gays, bissexuais e transexuais]; instituir um subcomitê, com participação do movimento LGBT, para acompanhar e avaliar a implementação do BSH - Programa Brasil Sem Homofobia. (JUNQUEIRA, 2009, pp. 15-6).

Dessa forma, as diretrizes do programa buscam trazer para dentro dos ambientes educacionais conteúdos não discriminatórios, orientando a todos/as os/as envolvidos no processo de ensino-aprendizagem para o convívio com a diversidade e ampliando o conhecimento sobre a diversidade e a orientação sexual. Apesar disso, ainda não se percebem

essas estratégias na maior parte das escolas, pois ainda reside nesses espaços um preconceito muito forte.

Por que choca tanto, ainda, mostrar na escola uma família constituída de dois pais ou de duas mães? Ora, mas isso não é a realidade? Pensamos que ainda haja essa visão porque os sujeitos são, mesmo nos dias de hoje, ainda *fortemente atravessados* por escolhas morais e religiosas. O tratamento da sexualidade nas salas de aula geralmente mobiliza uma série de dualismos: “saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, puro/impuro, etc.” (LOURO, 1997, p.133). Via de regra, o casal homossexual representa uma conjunção doentia, que foge ao arquétipo *saudável* da heterossexualidade. Constantemente, mesmo na escola, se propagam esses discursos comparativos, nos quais o padrão heterossexual sempre vence a disputa e é eleito como o ideal para quase todos/as (não gays e gays).

Aqueles/as que não se encaixam no molde pretendido pela sociedade podem, inclusive, ser banidos de uma coexistência cordial, passando a conviver com o medo e com a insegurança - provocados pela ignorância de indivíduos intolerantes. Por esse motivo:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente, é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas *críticas*). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 64, grifo da autora).

A escola, os/as docentes, gestores/as e funcionários/as como um todo são educadores. Um/a servente que olha torto para um homossexual de brinco na fila da merenda, certamente, está deixando claro que aquele indivíduo não é bem quisto no local. Uma equipe gestora que não estipula momentos de diálogo, palestras, movimentos com abordagem nas diversidades (entre elas, a sexual), impede que os/as educandos/as e os/as servidores/as possam entrar em contato uns/umas com os/as outros/as e exercitem o convívio com as diferenças. Um/a professor/a que não age em tempo hábil, ao perceber falas e atitudes homofóbicas dentro (e fora) da sala de aula, não cumpre o seu papel de educador/a e se torna cúmplice de um preconceito ou de crime. Não é esse perfil de educação que se pretende.

Assim como Louro (1997) aponta,

[...] muitas vezes, os textos oficiais incorporam o discurso progressista e inovador, ainda que o façam de tal forma que permitem a continuidade de práticas tradicionais. Por isso, parece necessário questionar o alcance desses programas, a radicalidade (ou não) de suas proposições e, principalmente, investigar as práticas escolares que, vinculadas a eles, de fato se realizam (LOURO, 1997, p.132).

Os documentos oficiais de grande parte das escolas, baseados geralmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) -, defendem um tratamento cuidadoso diante da diversidade. Segundo esses dados, a escola precisa reconhecer a diversidade da população a ser atendida, pois, se esse reconhecimento não ocorrer, toda e qualquer situação que não esteja dentro de um padrão previsto pode ser tratado como problema do/a aluno/a e não como desafio para a equipe escolar. Diante disso, faz-se essencial buscar modos de acolhimento, os quais se pautariam em levantar informações, discussões, propor reflexões e, ainda, em se estar disposto/a a ouvir e a orientar de forma particular.

Por isso é tão necessário perceber o modo como se dão as práticas pedagógicas, especificamente, conforme o nosso enfoque, em orientação sexual. Precisa-se notar não só o que se fala, mas também o que não se fala, como defende Louro (1997). Segundo ela,

[...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado – os sujeitos que *não são*, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente, nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola (LOURO, 1997, p. 67, grifos da autora).

Esse ocultamento se dá, essencialmente, no campo da linguagem. Não se fala em gays e em lésbicas, tampouco em transexuais, em bissexuais ou em travestis. Percebe-se, dessa forma, uma tendência ao mascaramento, observando-se um propósito equivocado de evitar desejos e controvérsias malsãs, por meio do desconhecimento do assunto.

À revelia de sua evidência ou não, o fato é que os desejos homossexuais são comuns na vida de quase todos/as nós, de maneira eventual, esporádica, intermitente ou frequente – reconhecidamente ou não. Tais desejos poderiam se dar sob duas formas principais: a primeira diz respeito à vontade de vivenciar experiências homoafetivas/sexuais e a segunda seria relacionada a uma identificação mais aprofundada com a homossexualidade, assumindo-a bem ou sofrivelmente. Como Louro (1997) declara:

Ao não se falar a respeito deles e delas – gays e lésbicas -, talvez se pretenda *eliminar-los/as*, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas *normais* os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da *norma* (LOURO, 1997, pp. 67-8).

Porém, como dito há pouco, é um equívoco achar que - não se falando sobre o assunto - se estaria eliminando-o. Pelo contrário, essa seria, talvez, uma forma de aguçar a curiosidade de muitos/as e acentuar os preconceitos de outros/as. Afinal, quando não se sabe de alguma coisa, há um anseio em descobri-la de algum modo.

Etimologicamente, a palavra preconceito (pré-conceito) também tem a ver com essa falta de ciência, visto que se faz um conceito prévio (*pré*), antes de se realmente saber. Além do mais, a partir do momento em que se deduz que, ao conviver com e passar a conhecer a realidade de homossexuais, os/as estudantes adquiririam as suas características, como se a homossexualidade fosse uma doença contagiosa, deixa-se claro que ser gay ou lésbica não seria simplesmente uma questão de escolha, de opção, como muitos discursos ainda pregam. Essa identidade,

[...] que é uma construção social, pode, em alguns momentos, ser usada para se contrapor a outras; é assim que acontece na escola, a heteronormatividade é usada como referencial para explicar as outras afetividades aglutinadas em torno de um prefixo (homo) que, dependendo do sufixo (ismo), pode se transformar em um preconceito clínico (homossexualismo), que pode — transformar os diferentes em iguais (entre si) e os supostos iguais em desiguais (quando comparados com os outros) (ANDRADE, 2012, p. 119).

Sempre que se pretende eleger uma personalidade ou identidade *impura*, cria-se o modelo ideal e puro. Conforme Andrade (2012) citou: o modelo heteronormativo e os/as gays expiatórios/as. Da mesma forma se dá em relação à cor da pele, à etnia, ao gênero, à classe social, entre outros pares de identidades formados por um lado positivo e outro negativo: o homo e o heterossexual, o preto e o branco, a mulher e o homem, o pobre e o rico. As minorias acabam por estarem fadadas à marginalidade, visto que a sociedade não as aceita, reprimindo-as na pretensão de eliminá-las, ainda que simbolicamente. É desse modo

que acontece no jogo das comparações e na armadilha do binarismo extremista. Quando as pessoas são convidadas a classificar os costumes sexuais que se encontram à margem, elas o fazem, inicialmente, por analogia, comparando com o sistema normativo socialmente aceito, e por simplificação, utilizando aspectos dessa sociabilidade para disseminar generalizações, criando estereótipos e clichês que podem ser usados para classificar os outros (ANDRADE, 2012, p. 119).

A comunidade escolar constantemente apregoa essa diferença, a qual é construída também dentro desse espaço. Aparentemente tal diferença se pauta numa valorização da diversidade, quando, de fato, a realidade é outra. Os/as educandos/as, cientes da norma, tentam a todo custo se encaixar no modelo de perfeição ditado e perpetuado pela instituição. Como Louro (2008) evidencia, é importante que se perceba como se constrói (e se reconstrói) a noção do normal *versus* o diferente (Cf. LOURO, 2008, pp. 21-2). O *normal* seria o adequado e sadio, e o que se diferencia desse sujeito estaria *fora* do natural. Então, o homossexual, denominado *a diferença*, é o inadequado, o doente, o anormal? Atualmente não há como não traçar conjecturas acerca disso.

Desse modo, se a homossexualidade fosse uma doença, conforme esses discursos preconceituosos, também nos depararíamos com tentativas de *cura* para essa *anomalia*. O/a *curandeiro/a*, capaz dessa proeza dentro da escola, seria o/a professor/a, com a sua capacidade de formar opiniões. Insatisfeitos/as com a orientação sexual de alguns/as educandos/as, professores/as podem inflamar falas discriminatórias, condenando o comportamento gay e propondo uma mudança de atitude. Andrade (2012) nos diz, acerca disso, que:

A escola, como a maioria das instituições sociais, é um constructo de cimento e sonhos, é uma mistura de materiais de construção, como cal, tijolo, água e mãos hábeis e/ou cérebros ágeis, como é o caso de um pedreiro, de um servente ou de um professor, que são expertos na arte e na técnica de construção, são especialistas em fazer paredes e construir portas, em levantar e/ou derrubar monumentos. Os professores, por sua vez, também podem se especializar em escrever cartografias e mapeamento de desejos mais íntimos, são mestres de obras e, principalmente, de pessoas, são construtores e construtoras de identidades, são *acimentadores* e *acimentadoras* de subjetividades (ANDRADE, 2012, p.125, grifos da autora).

Um papel extremamente relevante, o de construtor, pertence a professores e a professoras. E mais, construtores/as de pessoas, de subjetividades. Isso porque, na trajetória escolar, o/a estudante vai se modificando, aderindo ou não ao que ouve, ao que absorve e processa em sua consciência. Ele/a começa a definir a sua identidade por meio da identificação (ou não) com discursos propagados nesse meio, sobretudo pelos/as professores/as. Um/a docente preconceituoso/a, com o seu currículo oculto, tem grandes chances de formar discentes igualmente preconceituosos/as. Além disso, ele/ela pode se meter a crer que, por meio do *conhecimento*, pode afastar homossexuais de sua condição/orientação sexual. A homofobia, portanto, pode ser cultivada na escola, mesmo de forma velada, disfarçada por pseudossaberes. Essa realidade se torna possível porque “professoras/es e estudantes carregam de sentido aquilo que leem, o que dizem, ouvem ou fazem. [...] é preciso questionar sempre, não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e os sentidos que os/as nossos/as alunos/as dão ao que aprendem” (LOURO, 1997, p. 137).

Por isso, é tão importante que docentes de todos os lugares do mundo comecem a se informar sobre o assunto, que passem a conhecer a realidade de homossexuais, e não a ignorem. É preciso mudar a forma como se toca no assunto, não como se fosse uma coisa proibida, imprópria, *anormal*, mas natural, saudável, desejável. Quando deixamos de fazer isso, os/as estudantes também incorporam a ideia de que falar sobre a homossexualidade é errado. Pior ainda, para eles/as, seria se perceberem como gays ou lésbicas em meio a um

ambiente assim, de incompreensão e de velada perseguição. Veja que não dizemos *pior* porque ser gay seja algo ruim, mas porque se cria culturalmente a ideia de que é uma coisa ruim. Quando educadores/as começarem a perceber quão valorosa é a sua participação na formação das subjetividades, sobretudo na fase da adolescência, podem transmitir com mais neutralidade e segurança os conhecimentos, sem eleger um modelo em detrimento do outro. Quando se derem conta de seu poder, agirão no combate às práticas homofóbicas, que começam a ser cultivadas acentuadamente na fase adolescente. Nesse sentido,

[...] embora produza efeitos sobre todo o alunado, é mais plausível supor que a homofobia incida mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas, e nas possibilidades de inserção social, de jovens que estejam vivenciando processos de construção identitária sexual e de gênero que os situam à margem da *normalidade*. (JUNQUEIRA, 2009, p. 24, grifo do autor)

No processo de construção identitária sexual, ninguém pretende estar situado na marginalidade. Todos/as gostariam de ocupar um lugar central e valorizado. Por essa razão, ainda há muitos/as jovens que não assumem a própria sexualidade, por medo do julgamento da sociedade. Eles/as se reprimem, guardando para si os seus anseios e os seus desejos, ignorando as suas vontades e aprisionando as suas verdades. Enquanto jovens em construção de identidade, sentem-se pequenos/as, vigiando os seus pequenos gestos. A sexualidade passa a ser vigiada não só por professores/as e gestores/as, mas, principalmente, pelos/as próprios/as estudantes: receosos/as do impacto que podem causar aos/às outros/as, se demonstrarem as suas vontades sexuais. De acordo com Louro (2008), “hoje, tal como antes, a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se as suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas” (LOURO, 2008, p. 21).

Esse policiamento e controle em relação à sexualidade ocorre desde tempos medievos. Segundo Foucault (1988), o século XVII marcaria o início da época de repressão (própria das sociedades chamadas burguesas), quando o domínio do sexo era buscado por meio da interdição: o sexo fora banido das coisas ditas, não poderia ser pronunciado. Nos dois últimos séculos, o autor refere ter havido uma *explosão discursiva* em torno do sexo, porém, com regras de decência e normalidade, as quais ditariam uma *política dos enunciados* a respeito do sexo e um *controle de suas enunciações*. Esse controle ditaria

[...] onde e quando não era possível falar dele [sexo]; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discrição; entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, padrões e serviçais (FOUCAULT, 1988, p. 22).

A escola, portanto, seria o local para falar sobre sexo, e suas diversas maneiras de vivenciá-lo, mas sempre com muito cuidado e policiamento, provavelmente baseando-se na ideia de que falar sobre ele seria uma forma de incitação à sua prática. Desse modo, conforme Junqueira (2009), a comunidade escolar está disposta a discutir a sexualidade sim, porém somente no plano da prevenção e nunca no da promoção da saúde ou no dos direitos humanos. É válido ressaltar que o termo *prevenção* nos traz a ideia de que se evita algo desagradável. Ou seja, além do tratamento da prevenção da gravidez indesejada, das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), também se preveniria (ou eliminaria) a homossexualidade como atitude desviante do padrão, já que esta foge à norma heterossexual.

Os discursos acerca da sexualidade na escola deveriam, pelo contrário, promover o bem estar geral, ampliando a condição de conhecedores do assunto para poder lidar com ele sem fazer pré-juízos. Seria uma forma de trazer ao debate da rotina diária a busca pela saúde (física e mental), a qual está relacionada a um profícuo exercício da sexualidade. Do mesmo modo, trazer a sexualidade para o plano dos direitos humanos é essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo. Com base na liberdade a que temos direito, no respeito que merecemos, torna-se possível um diálogo produtivo, visando a uma erradicação das práticas homofóbicas decorrentes da intolerância e do preconceito.

O Artigo VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos³ nos diz que “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, à igual proteção da lei. Todos têm direito à igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. Assim, destaca-se a igualdade e liberdade de qualquer pessoa humana, independentemente de sua orientação sexual. O artigo é claro: todos/as possuem o direito de ser protegidos/as contra qualquer discriminação, como a sexual, por exemplo. Deixar claro os direitos de cada pessoa, no tratamento do tema da sexualidade humana, seria um enfoque valioso em prol da erradicação da homofobia.

Conforme Junqueira (2009):

As dificuldades da escola em transcender esses limites e abordar mais corajosamente questões relativas à sexualidade, diversidade sexual, sexismo, misoginia, homofobia e racismo expõem os/as estudantes a situações de maior vulnerabilidade física e psicológica, inclusive em relação à saúde sexual e reprodutiva (JUNQUEIRA, 2009, p. 24).

³Disponível

em: <<http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

Ou seja, a partir do momento em que a escola se exime da função de educadora, expõe seus/suas estudantes a possíveis atos homofóbicos, como a humilhação verbal – por meio de piadinhas, apelidos, xingamentos – e à agressão física, que vai desde um puxão de cabelo, um brinco arrancado, até estupros e assassinatos. A escola não pode estar alheia a isso. Ela não pode compactuar com tamanha violência.

Ao abordar a sexualidade no plano da promoção da saúde e no plano dos direitos humanos, tem-se como objetivo

[...] construir, a partir do terreno dinâmico e plural da ética democrática e dos direitos humanos, uma *unidade na diversidade* que – para além do que geralmente sugere o *slogan* – não se pautaria pela busca de uma síntese harmoniosa, insidiosa, colonizadora, redutora e paralisante. Pelo contrário, investiria no pluralismo, no reconhecimento da multiplicidade e na pluralidade de identidades multifariamente imbricadas. A inclusão seria construída de maneira criativa, dinâmica, solidária e dialógica. Ao longo desse processo, a valorização da diversidade, a promoção da equidade e a participação de todos indivíduos e grupos se dariam também no sentido de se assegurarem as mesmas oportunidades (inclusive de interlocução), o acesso e o pertencimento aos espaços sociais (JUNQUEIRA, 2009, p. 412, grifos do autor).

Portanto, não se almeja trabalhar no sentido de que as pessoas formem um todo homogêneo, conciso; mas de demonstrar que pode existir a *unidade na diversidade*. As diversas formas de vivenciar a sexualidade têm em comum a busca de satisfações íntimas e pessoais. Elas não são fixas, determináveis. Podem se modificar de acordo com as constantes identificações, desidentificações e reidentificações pelas quais o ser humano passa, em transformação, durante sua existência. Por isso,

são indispensáveis estudos mais aprofundados e abrangentes que contribuam criticamente para a tessitura de articulações políticas e para a construção de pedagogias voltadas, ao mesmo tempo, para desestabilizar o *narcisismo das pequenas diferenças* e para ensejar a ampliação das alianças com outras forças sociais – especialmente com aquelas dispostas a colaborar na invenção de sociabilidades e subjetividades mais livres e, ainda, comprometidas com o avanço da democracia e da consolidação dos direitos humanos - em uma perspectiva intransigentemente emancipatória (JUNQUEIRA, 2009, p. 36, grifos do autor).

Assim, a escola necessita rever os seus paradigmas classificatórios, binários e marginalizantes, os quais serão extintos - por meio não somente de estudos, de formações -, mas de uma abertura intransigente ao diálogo. É preciso ouvir o que os/as estudantes anseiam para si e não somente determinar como eles irão se portar, quando e sobre o que poderão falar, de que forma irão se vestir, com quem irão manter relacionamentos sexuais ou afetivos. Este não é, definitivamente, o papel da escola.

3 A EVIDÊNCIA DOS GAYS E DAS GAYS DA EEFM PROFESSOR JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS DA PESQUISA

Este trabalho corresponde a uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), pode oportunizar-nos uma maior familiaridade com o problema estudado, além de aperfeiçoar ideias e/ou confirmar/excluir intuições cogitadas. O planejamento, neste tipo de pesquisa, possibilita, inclusive, comentários bastante flexíveis, considerando os mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O instrumento de pesquisa escolhido foi um questionário contendo 23 perguntas para alunos/as e 24 para gestoras e professores/as. Apenas sete das perguntas (no caso do questionário de gestoras e professores/as, oito) são exclusivamente objetivas (fechadas). Quatro questões são somente subjetivas (abertas). O restante do questionário (doze perguntas) apresenta questões objetivas (fechadas, principalmente, através do par *sim x não*) seguidas de uma justificativa (parte subjetiva). Foi aplicado a 109 estudantes, a 22 docentes, a 02 gestoras e a 01 coordenadora pedagógica da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz – um quantitativo que corresponde a uma porcentagem considerável do total de participantes no ambiente escolar em estudo.

A abordagem quantitativa, neste trabalho, se fixará nos dados obtidos por meio das questões fechadas do questionário aplicado. Através das respostas, quantificaremos diversos posicionamentos em relação ao tema da pesquisa: o lugar da homossexualidade na escola. Assim, buscamos obter o perfil dos respondentes e traçar de forma mais clara os pontos de vista, os posicionamentos e as práticas que circulam nesta esfera escolar com relação aos temas da presença homossexual na escola.

O trabalho também realizou uma abordagem qualitativa, por meio das respostas às questões abertas do questionário, no sentido de investigarmos – à luz da teoria considerada – o teor ou a possível carga de preconceitos e de incompreensões presentes nas falas do(a)s que responderam ao nosso questionário. Dessa forma, procuramos levar em consideração os aspectos mais subjetivos, as opiniões relevantes e/ou contundentes, assim como os comentários essenciais para a concretização da análise dos objetivos propostos.

3.1 A EEFM José Gonçalves de Queiroz

Este estudo foi realizado na cidade de Sumé – PB, município localizado na microrregião do Cariri Ocidental paraibano. A cerca de 264 Km da capital, João Pessoa, Sumé possui 16.060 habitantes, segundo dados do IBGE (2010)⁴.

Como *locus* para a execução desta pesquisa, foi escolhida a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz, a qual se encontra situada na Rua Professora Guiomar Coelho, 201, no centro da cidade de Sumé. A escola possui amplo espaço: mais de vinte salas de aula, quadra de esportes e laboratórios equipados, entre outros ambientes. De acordo com seu Projeto Político-Pedagógico (PPP, 2014, p. 08), atualmente, a escola atua no Ensino Fundamental (8º e 9º anos), no Ensino Médio (1ª a 3ª séries) e na EJA (Educação de Jovens e Adultos), nas fases I (7ª e 8ª séries) e II (1ª a 3ª séries), além do Programa ALUMBRAR⁵.

Para esta pesquisa, optou-se por esta escola em virtude de sua capacidade de reunir um grupo bastante heterogêneo de educandos/as e de trabalhadores/as da educação. A escola possui atualmente 811 alunos/as matriculados/as em 2014, entre moradores/as da cidade e do campo, distribuídos/as nas etapas de ensino acima descritas. A faixa etária desses/as educandos/as varia de 12 até 74 anos. Não são citadas, no PPP da escola, diferenças de gênero, de classe social, de religião nem de raça/cor, mas, através dos dados informados e do contato com o ambiente, percebe-se a grande heterogeneidade da comunidade escolar.

Os/as profissionais da educação da EEFM Professor José Gonçalves de Queiroz são bastante diversos/as também. A escola ora conta com 65 professores/as atuando em sala de aula, todos/as com Ensino Superior concluído e alguns/as com pós-graduação. As gestoras da escola são três, as quais se alternam nos turnos, a fim de garantir o melhor funcionamento da instituição. Ainda existem mais 45 funcionários (entre psicóloga, secretária, supervisora, porteiros, serventes etc.), trabalhando diariamente no espaço escolar.

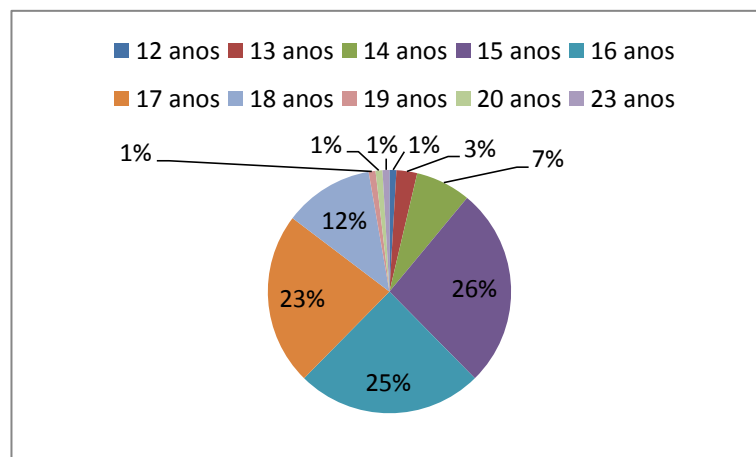
⁴ Dados disponíveis em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=25>>. Acesso em: 21 out. 2014.

⁵ Segundo Portal do Governo do Estado da Paraíba, “O programa é voltado para alunos de 13 a 17 anos que estão em distorção de idade/série nos últimos anos do Ensino Fundamental. O programa surgiu no Ministério da Educação (Mec), numa ação partilhada por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com financiamento do FNDE para os Estados, devido ao grande índice de distorção idade/série detectado em todo o país, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio”. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/90477/governo-do-estado-promove-formacao-para-professores-do-projeto-alumbrar.html>>. Acesso em: 21 out. 2014.

3.2 Participantes da Pesquisa – perfil dos/das respondentes

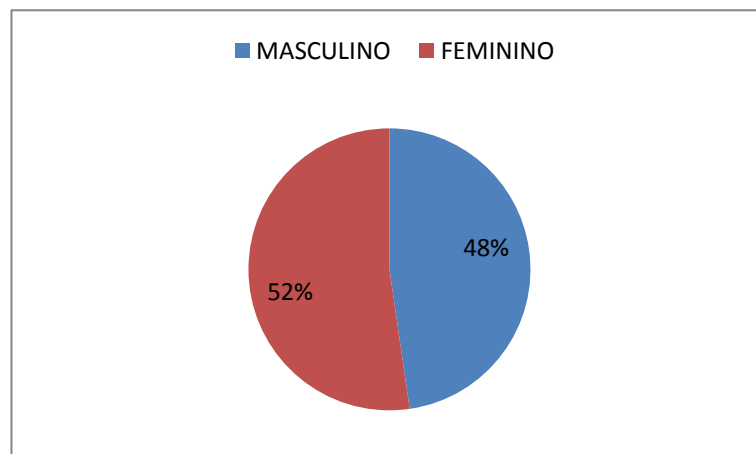
No período de 10 a 20 de julho, 109 (cento e nove) estudantes – do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, do Programa Alumar e da EJA –, com idades entre 12 (doze) e 23 (vinte e três) anos, da EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, responderam a um questionário com 23 (vinte e três) questões acerca da homossexualidade e mais especificamente a respeito do tratamento da homossexualidade na escola. São 52 estudantes do sexo masculino e 57 do sexo feminino, de maioria expressiva católica, conforme mostram os gráficos 1, 2 e 3, logo abaixo:

Gráfico 1 – Idade dos/as estudantes respondentes



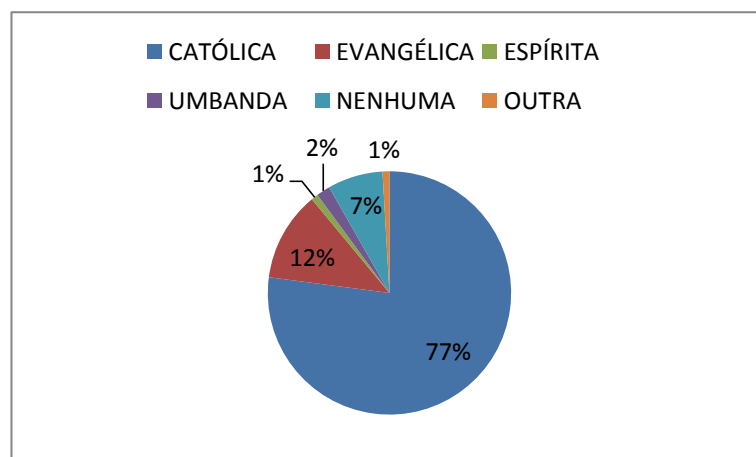
Fonte da pesquisa

Gráfico 2 – Sexo dos/as estudantes respondentes



Fonte da pesquisa

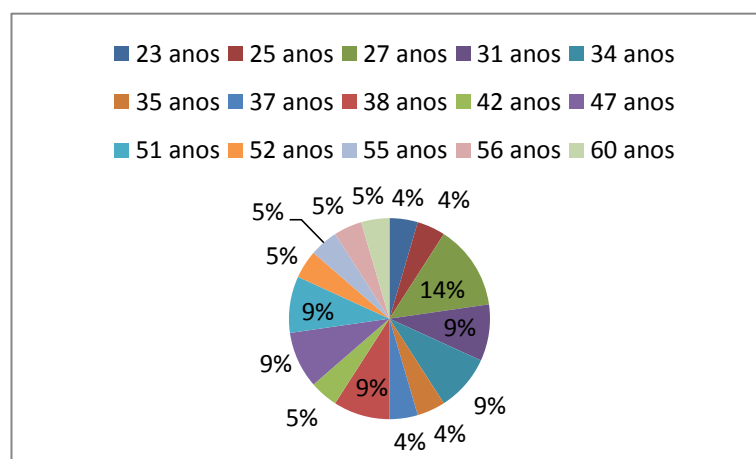
Gráfico 3 – Religião dos/as estudantes respondentes



Fonte da pesquisa

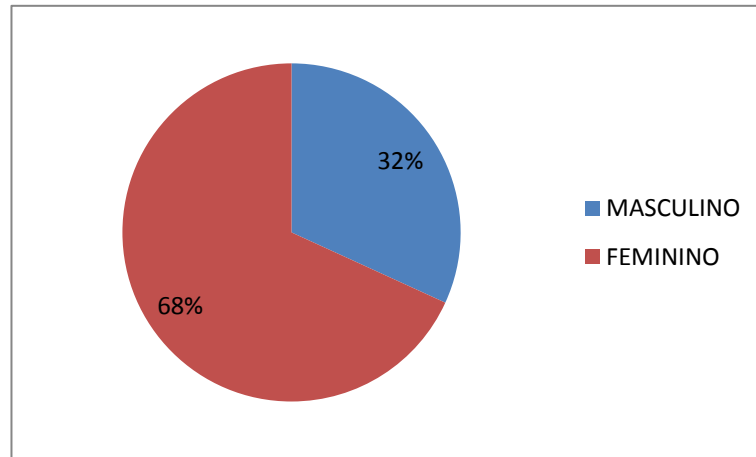
Também participaram desta pesquisa 22 (vinte e dois) professores/as, duas gestoras e uma coordenadora pedagógica. A maioria também declarou ser adepta da religião católica e suas idades variam entre 23 e 60 anos. Os gráficos 4, 5 e 6, logo a seguir, demonstram os percentuais obtidos na caracterização desses respondentes.

Gráfico 4 – Idade dos/as docentes e gestoras respondentes



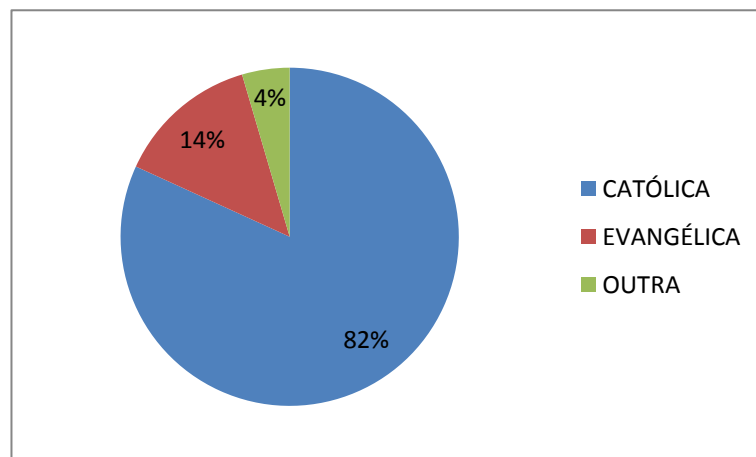
Fonte da pesquisa

Gráfico 5 – Sexo dos/as docentes e gestoras respondentes



Fonte da pesquisa

Gráfico 4 – Religião dos/as docentes e gestoras respondentes



Fonte da pesquisa

A amostra da pesquisa foi selecionada de maneira aleatória, na tentativa de obter a noção mais aproximada da realidade acerca do tratamento conferido à homossexualidade na escola.

Todos os/as respondentes receberam orientações sobre o modo de responder ao questionário e também acerca dos objetivos da pesquisa. Assim, concordaram livremente em participar do estudo, expondo seus pontos de vista, com a garantia do anonimato como respondentes. Dessa forma, poderiam expor mais abertamente suas opiniões e comentários.

Com este estudo, objetivou-se compreender a forma como o tema da homossexualidade e do/a estudante homossexual são tratados na EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, na cidade de Sumé, na microrregião do Cariri ocidental paraibano. Com esse intuito, investigamos como esses/essas participantes da esfera escolar citada lidam

com a homossexualidade e com os/as homossexuais, notadamente com aqueles/aquelas com quem convivem na escola.

Além disso, buscamos detectar em que situações (aulas, palestras, projetos) o tema em questão é tratado na escola e como é abordado – como exceção, como desvio, como exotismo, como eventualidade ou de maneira a igualá-lo à heterossexualidade, à bissexualidade e as demais formas de manifestação e de expressão saudáveis da diversidade sexual humana. Buscamos observar se as abordagens por ventura existentes a propósito dos temas da homossexualidade na escola costumam, de fato, incluir ou excluir os/as homossexuais. Por fim, ainda, procuramos identificar indícios de preconceito e de homofobia, explícitos e/ou implícitos no cotidiano da convivência, das práticas e dos trabalhos escolares.

Dos/as discentes participantes da pesquisa, conforme gráfico acima, 57 (cinquenta e sete) declararam-se do sexo feminino e 51 (cinquenta e um) do masculino. Entretanto, chamou-nos a atenção o fato de um/uma dos/das respondentes deliberadamente não haver assertado, no que corresponde ao primeiro quesito de nosso questionário, o seu sexo – nem como masculino nem como feminino. Essa *ausência de resposta* demonstrou-se, na verdade, como contundente negação à imprecisão sexista *entre o macho e a fêmea*, a qual – infelizmente – foi por igual difundida em nossa entrevista.

Foi por isso *a resposta* que mais significativamente nos chamou a atenção, e que nos serviu como primaz ensinamento – a propósito da crítica e da desconstrução das determinações sexistas institucionais. Tratou-se, portanto, de *uma resposta* que – muito mais do que *um dado relevante* – nos levou ao questionamento: preliminarmente a respeito da atualidade metodológica de nossa entrevista, no que toca a esse quesito relativo ao determinismo biológico do sexo e às expressões múltiplas de gênero em sociedade e, conseqüentemente, a respeito *do que propriamente é o sexo*, comumente reproduzido conforme a disposição dicotômica tradicional e conceptual entre *masculino e feminino*.

Exercido, minimamente, este misto de esclarecimento e de *mea culpa* metodológica, que não deixa de demonstrar desatualização e despropósito terminológico (ademais de nos desautorizar diante das expressões de gênero da atualidade), passamos, ainda que de maneira liminarmente inepta, à disposição, à descrição e à apreciação dos dados colhidos em nossa enquête – não sem antes, em apertada síntese, justificarmos a escolha do instrumento do questionário para a coleta dos dados relativos à pesquisa.

3.3 Instrumento para a coleta dos dados

Para garantir um processo de coleta de dados eficaz, foram elaborados questionários para estudantes, docentes e gestoras. Esses questionários (ver apêndices A, B e C) possuem a mesma temática – homossexualidade na escola –, porém são direcionados aos/às respondentes de modo específico. Essa estratégia é igualmente utilizada por Andrade (2012), cujos questionários de pesquisa serviram de base para a produção desse instrumental de pesquisa também em nosso trabalho, visto que tratam de um assunto afim – “travestis na escola”.

As perguntas levantam questões tanto pessoais dos respondentes, em relação à homossexualidade, quanto acerca da atuação e do posicionamento da escola diante do tema. As perguntas objetivas nos permitiram quantificar melhor as convergências e as divergências discursivas. Já a parte aberta, subjetiva, possibilitou traçar um panorama detalhado e perceber as opiniões mais particulares dos/as envolvidos na pesquisa e, conseqüentemente, da esfera do ambiente e do trabalho escolar.

3.4 Processo de obtenção dos dados da pesquisa

A coleta dos dados da pesquisa iniciou-se com a aplicação dos questionários com os/as docentes, durante os momentos de planejamento. Esse planejamento acontece na escola pesquisada nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras, e é dividido de acordo com as áreas de conhecimento. Portanto, nos três dias em que os questionários foram respondidos, participaram professores/as das áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da Natureza.

É importante ratificar que antes da aplicação dos questionários, todos/as os/as respondentes ouviram atentamente as orientações da pesquisadora a respeito das perguntas, bem como dos objetivos do estudo. Desse modo, estavam abertos a tirar dúvidas e a dar a sua contribuição ao trabalho, de acordo com as suas experiências e os seus posicionamentos.

Após essa etapa, os questionários foram respondidos por duas gestoras e por uma coordenadora pedagógica, em suas salas próprias. Essa equipe recebeu a ideia da pesquisa

com entusiasmo, demonstrando estar aberta para sugestões de alterações no cotidiano do trabalho e da dinâmica escolar, de acordo com os resultados obtidos.

Em seguida, foi a vez dos/as estudantes participarem. Esses/as jovens – escolhidos/as pelos/as professores/as que estavam ministrando aula em suas salas – dirigiram-se para o refeitório da escola e lá responderam ao questionário, mediante todos os esclarecimentos necessários, com a melhor disponibilidade. Em dois dias de trabalho, 109 estudantes haviam respondido o questionário.

Ao longo da pesquisa, foi perceptível o fato de que a preservação do anonimato deixou os/as respondentes à vontade para expor suas opiniões. As questões levantadas, de um modo ou de outro, também faziam parte do dia a dia de cada um/a. Por isso, esses fatores fizeram com que não houvesse nenhum tipo de mal estar durante a aplicação dos questionários.

3.5 Etapa de análise dos dados

A análise dos dados obtidos para esta pesquisa iniciou-se logo após a aplicação dos questionários. Em um primeiro momento, foram quantificadas as informações identitárias dos/as respondentes, como sexo, idade, série/ano que estuda ou disciplina que leciona e religião, conforme já disposto anteriormente. Em seguida, também foram somadas respostas que indicavam aceitação ou negação a respeito de alguma questão, como, por exemplo, se fariam ou não amizade com homossexuais assumidos/as.

Em relação às questões abertas (justificativas das questões fechadas) foi necessário um olhar mais apurado, buscando captar indícios de parceria, de tolerância ou de preconceito em relação à homossexualidade. Foram selecionados trechos das respostas de alguns/algumas participantes da pesquisa, considerados significativos, na tentativa de trazer ao conhecimento geral a opinião dispensada às/aos homossexuais na escola – e, conseqüentemente, fora dela.

Os/as jovens e as/os adolescentes entrevistadas/os estudam, conforme já dissemos, no 8º (doze estudantes) e no 9º anos (dezenove estudantes) do ensino fundamental, e no 1º (trinta estudantes), no 2º (vinte e cinco estudantes) e no 3º anos (vinte e três estudantes) do ensino médio. Em relação aos 22 (vinte e dois) professores/as entrevistados/as, 15 (quinze)

identificam-se como do sexo feminino e 7 (sete) como do sexo masculino. As suas idades variam entre 23 (vinte e três) e 60 (sessenta) anos, o que demonstra o convívio de pelo menos três gerações no ambiente de trabalho escolar. Nove deles/delas atuam na área de Linguagens, seus Códigos e suas Tecnologias, três em Matemática, cinco em Ciências da Natureza, e os/as outros/as cinco nas Ciências Humanas. Mais uma vez, a maioria respondente se diz católica (20). Uma respondente se diz evangélica e outro, espírita.

Foram colaboradores da pesquisa também duas gestoras, além de uma coordenadora pedagógica. As três se dizem católicas e atuam na função há mais de um ano.

3.6. Análise crítica dos resultados obtidos

A contribuição de todos/as esses/as respondentes foi essencial para o desvendamento de muitas questões e, conseqüentemente, para a obtenção de um resultado satisfatório quanto ao objeto e as hipóteses em análise. O primeiro fator a ser analisado na pesquisa corresponde ao entendimento dos/as respondentes a respeito do que seria a homossexualidade.

Em relação à orientação sexual, 94 (noventa e quatro) estudantes afirmam ser heterossexuais, 06 (seis) se declaram homossexuais e 02 (dois) assexuados. 07 (sete) alunos/as, portanto, não responderam a essa questão, o que nos faz levantar a hipótese de que eles/elas não têm compreensão suficiente a propósito de qual seja a sua orientação sexual. Essa hipótese se consubstancia na recorrência de vezes em que a pesquisadora foi solicitada pelos/as estudantes para sanar dúvidas a respeito do que precisamente seriam os termos *homossexual/heterossexual*. Dos/das docentes participantes, 21 se afirmam heterossexuais e apenas um revela transitar por duas ou mais opções (as quais seriam heterossexual, homossexual, bissexual, assexuado). As gestoras e a coordenadora pedagógica se declararam heterossexuais.

Quando questionados/as sobre um possível conceito de homossexualidade, a maior parte dos/das discentes respondentes (cinquenta) afirmou ser “o ato de sentir atração pela pessoa do mesmo sexo”, como disse um estudante de 17 anos. Outros só citaram a possibilidade de “homens sentirem atração por homens”, ou “atração pelos dois sexos”, o que revela certa limitação, incompreensão e mesmo constrangimento diante do assunto. Tal

desconhecimento se revela também na fala de uma estudante de 16 anos, do 2º ano, que afirmou haver homossexualidade “quando a pessoa tem um sexo e quer a qualquer custo transformá-lo” – atribuindo, então, a homossexuais a realidade que é a de transexuais.

Outra resposta que chamou bastante a atenção foi a de um estudante de 16 anos. Ele respondeu, simplesmente, e com letras garrafais, que a homossexualidade é “GAY, TRAVESTI”. Essa primeira resposta sua, dada de forma tão enfática, já demonstrava a carga de preconceito em seu discurso acerca da homossexualidade. Definição semelhante deu outro estudante de 16 anos, do 3º ano, que se utilizou do termo “viadagem”, para responder a questão ora em comento.

A utilização de termos pejorativos, como “viadagem”, faz transparecer uma espécie de desvalorização e mesmo de desprezo através do uso da linguagem. A partir do momento em que um estudante *xinga*, usa palavras que não agradam aos homossexuais, é como se ele se não quisesse, de forma alguma, fazer parte dessa realidade. Às vezes, tal comportamento soa até como provocação. Estudantes como esse jamais aceitariam conviver com homossexuais (conforme o que foi observado em outras respostas do questionário), e é nesse contexto que a escola deve atuar: na tentativa de francamente evitar a disseminação de atos preconceituosos, de expressões de ódio, de violência e de indiferença – os quais, iniciados na palavra, podem desembocar em agressões, muitas vezes, bem mais graves.

Sobre a possibilidade de se fazer amizade com homossexuais, a maioria respondeu afirmativamente. Para esses/essas respondentes, tanto na escola (oitenta e nove) quanto em outros lugares (oitenta e quatro), ter amigos homossexuais não significa nenhum problema; até porque, como diz uma estudante de 16 anos, eles/elas (os/as homossexuais) “são bem descolados e alegres”.

Entretanto, há quem não queira de modo algum fazer amizade com homossexuais, como uma estudante de 17 anos, que disse “não, porque muitas pessoas iam me criticar”. Essa resposta remete-nos ao olhar da sociedade discriminatória e preconceituosa, conforme a disposição consuetudinária de uma espécie de moralismo atávico, contido na crença do “diz-me com quem andas que eu te direi quem és”. Tal pensamento é nítido também em outra resposta de um garoto, o qual afirmou que não seria amigo de homossexuais nem dentro nem fora da escola, pois “eles iriam me influenciar a virar homossexual”.

Vemos, portanto, que existem diversos comentários negativos, que sedimentam posturas aversivas à homossexualidade, excluindo-a como algo sujo ou reprovável do ponto de vista moral, mesmo quando aparentemente exterioriza-se a declaração de que *não existem problemas com a homossexualidade* – que é condição dos/as outros/as. É o que se percebe,

por exemplo, da resposta de um estudante de 15 anos, que afirmou que “talvez faria amizade com homossexuais, porque não gosto de homens me desejando”. Vê-se nessa resposta – de insofreável negação – a elaboração difícil da diferença *entre gostar e desejar*, o que talvez denote um doloroso processo de segregação subjetiva e de exclusão precária de ordem da culpa, diante do desejo. Trata-se de algo que provavelmente se diagnostique nas palavras finais de sua resposta, por meio das quais ele declara: “na verdade, tenho nojo dos homossexuais”.

Posto isso, felizmente, a maior parte das falas remete ao respeito e à boa convivência com os/as homossexuais. Segundo uma estudante de 16 anos, por exemplo, “toda forma de amor é válida” e, portanto, a amizade entre jovens, independentemente de sua orientação sexual, pode ser intensa e verdadeira. Essa visão positiva, de boa convivência, de disponibilidade e de abertura à diversidade foi observada em todos os questionários de professores/as, de gestoras, bem como no da coordenadora pedagógica. Conforme uma professora da área de Ciências Humanas, por exemplo, “a opção sexual não é critério excludente para a construção de uma amizade, nem mesmo no ambiente de trabalho”.

Em determinado ponto do questionário, levantou-se o tema do uso de acessórios, como brincos e maquiagem, por parte dos homossexuais do sexo masculino, dentro da escola. A maior parte dos/as estudantes (setenta e três) respondeu que não haveria problema em relação a isso. Trinta e três, porém, não concordam com esse tipo de atitude, e três não opinaram sobre o assunto. Acerca disso, uma estudante de dezoito anos disse que seria melhor não usar, “porque muita gente não saberia lidar com a situação”. Outra, de dezessete, afirmou que o ato “seria exagerado demais” ou, como afirmou outra de quatorze, “não seria legal se expor para todos verem que ele ou ela é assim”. Ainda foi o citado o fato de a escola ser “um lugar formal”, segundo uma aluna de dezoito anos, não cabendo, portanto, tal tipo de manifestação. Em contraponto, e seguindo a maioria, uma garota de dezesseis anos disse que “todas as pessoas têm o direito do que quiserem fazer ou ser ou usar, sem prejudicar ninguém”, e outra estudante declarou: “se é assim que eles se sentem bem, não vejo porque as outras pessoas se incomodarem”.

Todavia, o incômodo com relação a isso é algo ainda bastante perceptível e ainda acentuadamente presente, mesmo em falas que se dizem *não preconceituosas*. Uma estudante de 16 anos disse que não tinha preconceito, mas que achava o ato de homossexuais usarem acessórios femininos na escola uma falta de respeito com os/as professores/as. Por fim, ela atribuiu aos/às docentes a responsabilidade em não permitirem tal comportamento. Entretanto, nenhum/a dos/das docentes que responderam o nosso questionário se reportaram a esse fato

como uma *falta de respeito*, posto que alguns/algumas igualmente tenham discordado que os alunos homossexuais venham à escola portando ditos acessórios – mas apenas por considerá-los inadequados, não ultrajantes ou desrespeitosos. De vinte e dois docentes participantes da pesquisa, dezesseis declararam não se sentirem ofendidos/as e não se importarem com o uso desses acessórios por homossexuais do sexo masculino. Uma professora afirma que “o fato de usar algum tipo de acessório não interfere na aprendizagem, pois é apenas uma forma de se autoafirmar”. Desse modo, percebe-se que a classe docente já lança um novo olhar para a homossexualidade, já não mais a discrimina em sua maioria, apesar de que, muitas vezes, a trate indiferentemente, como algo inexistente, e mesmo de modo a ignorá-la.

A respeito desse novo olhar, inquiriu-se sobre a necessidade de haver uma formação específica para os/as professores/as lidarem com a homossexualidade na escola. Dos 109 (cento e nove) estudantes respondentes, 63 (sessenta e três) acreditam ser importante essa formação; como afirma uma estudante do 3º ano, ao dizer que “às vezes, pode haver professores não preparados para essas ocasiões e que podem ainda ter preconceitos; por isso é importante”. Já com relação aos/às docentes, 12 (doze) é o número dos/das que concordam que deve, sim, haver formações que promovam a aceitação e a inclusão das diferenças sexuais na escola. Conforme uma docente, eles/as estão sempre precisando se capacitar para aceitar as diferenças da sociedade moderna. Outra professora respondeu que sim, mas atribui essa necessidade aos demais e não a si mesma: “para a maioria dos professores deve haver, sim, uma formação específica. Não leem a respeito do assunto e são preconceituosos e desinformados”.

Dos/as 10 (dez) docentes que não acham importante uma formação para lidar com homossexuais na escola, 02 (dois) não apresentaram justificativa para a resposta negativa. O restante se fixou na certeza de que “a opção sexual deve ser vista como a escolha de cada um, e não como uma *deficiência*”, dispensando a capacitação, em vista de uma virtual igualdade de direitos, independente da sexualidade.

Uma aluna afirmou ser importante essa formação, haja vista que “na escola, não tem nenhum [professor] que sente com homossexuais para conversar”. Esse tipo de postura do corpo docente, se comprovada, demonstra um lamentável distanciamento e mesmo uma indiferença inaceitável, que endossam o efeito discriminatório e preconceituoso da sociedade contra a presença dos/das gays na escola. Mais grave do que isso seria a possibilidade de recidivas de comportamentos preconceituosos, injuriosos e mesmo criminosos, que incitem a violência contra os/as gays na escola, os quais são praticados e/ou estimulados pelos/as próprios/as docentes. Uma aluna de 15 anos reportou-nos essa possibilidade lamentável em

nossa escola, quando afirma, em sua resposta, que “muitas vezes, homossexuais são agredidos por palavras ditas pelos próprios professores”. Dessa forma, vemos que alguns/algumas professores/as podem, talvez por inexperiência ou mesmo por flagrante ignorância, tomar atitudes e reproduzir comportamentos de efeitos discriminatórios em relação ao/à homossexual na escola.

Aqueles/as discentes que não acham necessária uma formação específica a fim de se lidar com a homossexualidade na escola – 44 (quarenta e quatro) no total – mencionam, principalmente, o fato de a homossexualidade não ser uma enfermidade, o que esvazia a demanda de um tratamento diferenciado com relação à mesma. Com essa opinião, uma educanda de 15 anos afirma em sua resposta: “eles [os gays] não são doentes e não têm nenhuma deficiência, isso seria apenas para pessoas com algum tipo de deficiência, por isso não há necessidade de formação nem de tratamento diferenciado”.

Oito são os/as docentes que apresentam mais ou menos essa mesma opinião, sintetizada na fala de um professor da área de Linguagens. Segundo ele, “nós temos que aprender e entender que o homossexual é um cidadão igual a nós, portanto, não vejo motivo algum para se ter uma formação específica para lidar com o homossexual na escola”.

Respeitados esses pontos de vista, nos questionamos, contudo, se realmente não há a necessidade de se abordar mais aberta e sistematicamente o tema da homofobia e de se promover o debate a propósito do esclarecimento da diversidade sexual humana – em um ambiente no qual, segundo o que pudemos comprovar em nossa própria pesquisa, ainda existe claramente a prática explícita, o que se dirá velada, de preconceitos em relação à manifestação e mesmo à presença da homossexualidade. Talvez seja realmente o caso de se esclarecer, de maneira mais compromissada, que a homossexualidade, de fato, não está associada a nenhum tipo de doença, mas que o ódio e a aversão aos e às gays, sim, pode se traduzir em perversões e em patologias de ordem psiquiátrica e social.

No que a isso se segue, questionou-se acerca do planejamento e da existência de conteúdos, de aulas e de momentos especificamente voltados para os temas da *educação* e da *orientação sexual*. Será que há situações e/ou momentos pedagógicos na escola, propriamente voltados para a educação e para a orientação sexual de jovens e adolescentes? Acerca do assunto, curiosamente, os/as estudantes ficaram divididos. Cinquenta e quatro afirmaram já ter tido aulas de orientação sexual na escola, ao passo que os/as outros/as cinquenta e cinco afirmaram nunca terem assistido a nenhuma aula desse tipo. Desses 54 (cinquenta e quatro), a maioria (vinte e oito) afirma ter participado desses momentos em aulas de ciências e/ou de biologia, e que o conteúdo principal foi relativo à prática de “sexo seguro”, com dicas de

métodos contraceptivos, com demonstração do uso da camisinha, com informações a respeito da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis etc. Nenhum/a dos/das estudantes, todavia, se reportou a aulas ou a experiências educativas relativas à diversidade da sexualidade humana. Uma estudante do 1º ano, de 15 anos, enfatizou: “Só somos orientados na nossa vida sexual para nos prevenirmos, mas nunca sobre a abordagem com os temas da homossexualidade, da bissexualidade, ou coisa do tipo”.

Esse dado incontrovertidamente revela uma despreparação dos/das estudantes para o exercício mais consciente e livre de sua vida sexual em sociedade; algo que se verifica também por manifesta falta de preparo e de planejamento pedagógico da escola e do corpo docente, para lidarem com estes temas em seus aspectos mais amplos. A redução da sexualidade humana à fisiologia dos aparelhos reprodutores e à profilaxia de doenças sexualmente transmissíveis é, com ênfase, de uma pobreza educacional acabrunhante e comprometedora da saúde e da formação de cidadãs e de cidadãos mais conscientes e preparados/as para o exercício de suas liberdades – em um mundo cada vez mais diverso e com acesso cada vez mais amplo à informação.

De 22 (vinte e dois) docentes respondentes, 14 (quatorze) afirmaram já ter trabalhado o tema da orientação sexual em sala de aula. Entretanto, mais uma vez, o foco da maior parte (09, nove) se deu sobre o *sexo seguro*. Esse dado aponta para a necessidade dos/as docentes começarem a repensar as suas práticas, de modo a contemplarem outras estratégias de aula em matéria de orientação sexual, de modo a darem conta da realidade diversa de experiências e de questionamentos dos/as estudantes em torno dos campos da sexualidade humana. Mostrar, por exemplo, que existem várias formas saudáveis de se relacionar amorosa e sexualmente, e que as pessoas não precisam se sentir *condenadas* nem *doentes* ou ainda *desviadas* por perceberem desejos sexuais dos mais diferentes tipos, é – definitivamente – atribuição da escola e dos/as educadores/as na formação de nossos/as jovens e adolescentes. Acolher as diversas manifestações, de distintas orientações sexuais – sobretudo aquelas que, de repente, se mostrem fora dos padrões estabelecidos pela sociedade tradicional elitista, classista e sexista – é um compromisso, sim, com os direitos humanos e com a dignidade das pessoas, no combate do qual a escola tem de fazer parte: contra todos os tipos de violências, de preconceitos e de discriminações que diferenciem e que excluam uns indivíduos em detrimento de outros.

É válido salientar que, dentro da escola, existe uma diversidade de gostos, de opiniões, de escolhas e de atitudes, a qual tem de ser respeitada, devidamente incluída e politicamente afirmada – em conformidade com os princípios constitucionais de uma

sociedade laica, democrática e humanitária. A pluralidade sexual, por exemplo, não está evidenciada em nossa escola apenas na classe discente. Entre os/as docentes também há gays, e sobre a presença desses e dessas professores e professoras homossexuais também os/as estudantes foram indagados/as em nosso questionário. Segundo 86 (oitenta e seis) deles/as, não há nenhum problema em haver professores/as ou funcionários/as gays na escola; como afirma uma garota de 18 (dezoito) anos, ao dizer que “ser homossexual é apenas uma característica, não uma escolha. O que se deve fazer é colocar pessoas qualificadas e compromissadas, independentemente de orientação sexual ou de quaisquer outras características pessoais”. Um rapaz de 17 (dezessete) anos apresenta a mesma opinião, quando diz que “tanto faz, me importo mesmo é com o conhecimento que pelo professor é passado, estou aqui para estudar e não para discriminar”. Desse modo, vemos que a maioria sabe separar bem a vida pessoal da vida profissional. São destacados os objetivos de se estar na escola, bem como as oportunidades de crescimento e de aprendizado, e não as ações de discriminação – com base em preconceitos e em crenças moralistas.

De acordo com 97 (noventa e sete) estudantes, o fato de algum/alguma professor/a ser homossexual não interfere negativamente em nenhum momento do processo de ensino-aprendizagem. Assim afirma uma garota de 16 anos: “a homossexualidade não vai interferir no aprendizado de ninguém”. Outra estudante, de 23 anos, declara: “Se ele se preparou, estudou, não é por causa de sua orientação que será prejudicado o seu trabalho”. Porém, ainda existe uma minoria preconceituosa em relação à homossexualidade, a qual entende que professor e escola *não combinam* com essa realidade.

Compondo essa minoria citada, 23 (vinte e três) estudantes ainda não concordam em ter professor ou professora homossexual, e 10 (dez) chegam a achar que o fato de algum/alguma professor/a ser gay pode interferir no processo de ensino-aprendizagem. Os comentários variam entre achar que *a maioria das pessoas ainda tem preconceito, e que isso pode prejudicar, no todo, a harmonia da escola* ou mesmo que *a homossexualidade deve se restringir ao indivíduo, não devendo ele/ela assumi-la de público, de modo a que se dê o respeito e o devido valor* (como se, ao assumir a sua homossexualidade, o indivíduo se desvalorizasse de alguma forma). Uma adolescente de 13 (treze) anos surpreendentemente vai além. Ela acha que não é adequado se ter docente homossexual, pois, segundo ela, “vai que o professor se interesse por algum aluno”. Com isso, dá-se a entender que somente os/as docentes homossexuais podem se interessar por educandos/as, como se *para os/as gays só existisse sexo na cabeça, inclusive na hora do trabalho*. Será que não são mais recorrentes os

casos de professores/as heterossexuais interessados/as ou totalmente envolvidos/as com os seus/as suas alunos/as? Seria a hipótese a ser levantada e discutida em uma outra pesquisa.

O fato é que a orientação sexual (seja ela qual for) não precisa interferir na vida profissional de ninguém. É evidente que um bom professor/uma boa professora, ciente de seus misteres profissionais e educacionais, não irá normalmente misturar a sua vida pessoal com o seu trabalho na escola. Isso é o que importa: a qualificação, a prática pedagógica, o respeito, o compromisso com os valores humanos e o caráter – que semeie qualquer profissional em suas turmas e em suas relações na organização e no cumprimento dos trabalhos escolares. São essas atitudes que irão demonstrar o que é ser um bom professor/uma boa professora, jamais a sua sexualidade. Entretanto, ainda falta muito para que todos/as se voltem para o homossexual com o olhar de quem respeita a diversidade e a dignidade humana, e não apenas mal disfarçadamente a tolera.

A escola, inclusive, apesar de propor em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) o tratamento e o trabalho com os *temas transversais*⁶, não se posiciona com relação ao tema da diversidade sexual humana nem, em específico, com relação ao respeito e ao reconhecimento da pessoa homossexual; posto que isso fosse decisivo na luta contra os diversos casos de homofobia (aversão e violência de diversos tipos contra pessoas homossexuais), tão recorrentes atualmente. Quando, na pesquisa, se questionou acerca da existência de palestras, de projetos, de ações pedagógicas ou de outros trabalhos e movimentos realizados na escola, no sentido de se combater a discriminação e o preconceito contra a homossexualidade, 79 (setenta e nove) estudantes afirmaram nunca terem participado de nenhum evento desse tipo. 07 (sete) não souberam responder a questão e apenas 23 (vinte e três) afirmaram ter visto algum movimento do tipo, com relação à valorização ou à defesa da dignidade e dos direitos de pessoas homossexuais. Uma estudante de 15 (quinze) anos foi bem coerente ao afirmar: “Se teve, eu não presenciei, porque nunca foi devidamente divulgado”. Esse dado ratifica a urgente necessidade de se trabalhar mais o tema, de maneira afirmativa e esclarecedora. Somente assim poderão ser combatidos os preconceitos e as práticas de discriminação e de violência contra os gays e as gays – na escola e na sociedade, como um todo. Ações dessa natureza devem estar politicamente incorporadas na agenda da escola, e materializadas em

⁶ Os temas transversais definidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 são Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Temas Locais. Ao abordar esses assuntos, almeja-se contemplar outros temas relacionados ao exercício da cidadania, os quais não são suficientemente alcançados por meio das áreas de conhecimento convencionais (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia).

seus planejamentos de ações curriculares e extracurriculares: como forma de valorizar as diferentes formas de conviver e de se relacionar, inclusive no âmbito afetivo.

O convívio com os/as homossexuais na escola pesquisada mostra, pelo menos, duas situações claramente distintas. No relacionamento entre aluno/a homossexual e professor(a)/gestora, foi observado, com base em 83 (oitenta e três) respostas positivas dos/as educandos/as, que há uma boa convivência entre todo/as. Conforme uma garota de 15 (quinze) anos, “eles [professores/as e gestoras] tratam muito bem todo mundo”. Um estudante, também de 15 (quinze) anos, declarou que “eles convivem com amizade”. Uma jovem de 16 (dezesesseis) anos do 2º ano chegou a afirmar, com relação a um professor reconhecidamente gay, que “como professor, ele, como qualquer outro, tem que dar o exemplo”.

Realmente observa-se que os/as estudantes estão testemunhando e aprendendo situações de respeito, ou, pelo menos, de tolerância e de convivência possível. Muito embora, de acordo com uma estudante do 9º (nono) ano, de 15 (quinze) anos, os professores apenas “disfarçam”, pois sempre há alguém mal informado e preconceituoso, esteja ele ou ela em que posição estiver.

Já no relacionamento entre estudantes, chegou-se à constatação de que não há um convívio tão cordial quanto o desejável. Segundo 69 (sessenta e nove) estudantes, os alunos, principalmente os meninos, não toleram colegas homossexuais, pois “preconceito sempre existirá e aqui [na escola] não seria diferente, apesar de estar diminuindo aos poucos” (como nos diz em uma de suas respostas uma garota de 18, dezoito, anos do 3º, terceiro, ano do ensino médio). Alguns/algumas estudantes atribuem essa falta de diálogo e esse distanciamento à vergonha, por temerem o julgamento da sociedade, ou simplesmente por acharem “feio” nutrir amizades com pessoas assumidamente gays. Outros/as reportam presenciarem constantes atos preconceituosos e de *bullying*, como *piadinhas* e mesmo agressões físicas, contra os/as colegas gays. Esses comportamentos demonstram, inequivocamente, a existência de homofobia na escola, o que é algo lamentável em indivíduos tão jovens, ainda em construção de suas personalidades.

Cinco alunos/as não souberam informar como é a aceitação dos/das homossexuais por parte de seus colegas na escola e 35 (trinta e cinco) acham que eles e elas (gays e não gays) convivem harmoniosamente. Porém, do que se depreende do apanhado geral das respostas conferidas ao questionário, muitos e muitas ainda acham que os gays e as gays não são pessoas dignas de respeito e que eles/elas mesmos/as ferem constantemente o seu direito de estar e de permanecer livres na sociedade. É o que se observa da resposta de uma

adolescente de 13 (treze) anos, que afirma: “os próprios gays são depravados e não se dão o respeito, por isso são vítimas de *zuação*. Mas isso não quer dizer que tenha violência contra eles na escola”.

Diante do que se verifica, os/as estudantes homossexuais – eventual ou potencialmente – ainda enfrentam muitos problemas, além de possíveis ameaças, dentro do ambiente escolar. Dentre todos esses problemas, o mais citado (cinquenta e três vezes) foi o preconceito. Em seguida, aparecem o *bullying*, a homofobia, a exclusão e, ainda, a questão do banheiro – ambiente no qual há indícios de algumas práticas de violência (psicológica e física) contra alunos homossexuais. Sobre isso, um garoto de 12 (doze) anos declara: “Se eles [os gays] forem ao banheiro dos homens, alguns meninos acham ruim e os agredem física ou verbalmente; se forem ao das mulheres, acontece a mesma coisa”. Essa situação denuncia um problema potencialmente sério, e que precisa ser enfrentado com ações da gestão escolar, conjuntamente com o apoio da conscientização e do esclarecimento promovidos por parte dos/as docentes em suas práticas de educação formal.

No que diz respeito à aceitação dos/as estudantes gays em casa, notadamente pela família, alguns/algumas (dezessete) afirmam que desconhecem a situação, pois não convivem com essas pessoas ou com os seus familiares. A maioria (cinquenta) acha que eles/elas (os/as gays) não são aceitos/as em casa, enquanto 42 (quarenta e dois) suspeitam que sim, que os filhos e as filhas homossexuais terminam por serem aceitos/as em casa. Uma jovem de 18 (dezoito) anos esclarece que “essa questão é difícil para todos, principalmente para os pais, pois eles têm ideologias diferentes e sabem do sofrimento por que irão passar”. Depreende-se dessa resposta que, não só os/as homossexuais sofrem por se sentirem rejeitados/as em casa, mas igualmente os pais e as mães. Estima-se que as famílias geralmente sofrem com um todo e muitas não simplesmente por preconceito, mas por entenderem que esses filhos/essas filhas irão enfrentar diversos obstáculos na sociedade.

Nesse quesito, há, contudo, alguns posicionamentos mais extremos. Uma estudante de 14 (quatorze) anos afirma que “alguns pais acham que, se seus filhos nascem homens ou mulheres, eles têm que ser tal como nasceram”. Essa resposta revela os reflexos de posturas ainda bastante tradicionais e intolerantes, as quais seguramente seguem proeminentes em numerosas famílias de nossa sociedade. Uma professora da área de Ciências Humanas revelou, a respeito dessa questão, que “muitos [homossexuais] relatam maus tratos”, agressões que ultrapassam a barreira das ofensas verbais e chegam ao cúmulo da violência física, praticada por pais e por mães de homossexuais. Não poderia deixar de haver os/as homossexuais que “mentem sobre o seu gosto sexual” (conforme responde uma aluna de

quinze anos), por temerem a reação da família. Todavia, se percebem também comentários positivos, os quais evidenciam que a homossexualidade “já está se tornando normal e aceitável” (garoto de dezessete anos do 3º ano). Um estudante de 15 (quinze) anos, aparentemente a compartilhar do mesmo entendimento, cita que: “a família serve para incentivar, não para destratar ou ignorar a realidade de um filho gay”.

A ignorância é, de fato, um elemento frequente quando se fala em homossexualidade. Muitos/as não sabem lidar com essa característica natural da sexualidade humana, por não conhecerem a realidade dos indivíduos que a apresentam, tendendo a agir com preconceito. Por esse motivo, a escola aparece como um espaço importante para acabar (ou pelo menos atenuar) o desconhecimento e para combater os consequentes comportamentos preconceituosos e homofóbicos. Segundo 57 (cinquenta e sete) estudantes, a escola deveria promover palestras, projetos pedagógicos e eventos, como caminhadas, em prol da diversidade sexual. Uma aluna de 16 (dezesseis) anos disse que é essencial esse trabalho, “para clarear a mente de todos na reflexão de que as pessoas são fundamentalmente iguais”. Outra adolescente, de 17 (dezessete) anos, afirma, com um pensamento bastante realista, que essas atividades seriam necessárias para “incentivar o conhecimento a respeito do que realmente é a homossexualidade, ainda que muitos não comparecessem”.

Realmente, muitos/as não compareceriam. Principalmente aqueles/as que emitem discursos como o que veremos a seguir: “A escola deveria remover todos os homossexuais” (garoto de dezoito anos). Mais grave, porém, do que a ideia de remover os/as homossexuais da escola é profligar, racistamente, contra os direitos humanos, conforme a infeliz resposta que pudemos colher de outro jovem, também de apenas dezoito anos: “eles [homossexuais] deveriam ser expulsos da escola e executados em seguida, somente isso acabaria com todo o conflito, porque Deus odeia a atitude deles contra a sua natureza”.

São mentalidades como essa que precisam ser urgentemente esclarecidas e terem os seus conteúdos positivamente combatidos, de modo a não poderem ser proferidos em nenhuma circunstância, haja vista que disseminam atitudes criminosas e desrespeitosas dos direitos e das garantias fundamentais da pessoa humana. Acreditamos, contudo, que não será *uma caminhada por ano, uma palestra aleatória* que irão acabar com expressões homofóbicas desse tipo, eivadas de maldade, de protérvia, de ignorância, de fundamentalismo e de alto potencial ofensivo contra a vida, de gays e de não gays. Como uma estudante de 16 (dezesseis) anos afirmou, “é preciso que haja punições contra os que praticam violência”.

Portanto, cabe também à escola promover o debate em sociedade a favor da criminalização da homofobia, tal como foi com o racismo e com a prática de quaisquer tipos

de violência e de preconceitos contra a mulher. Contra a conduta de todo/a aquele/a que pratique ou que incentive/incite – ou que ainda, de maneira omissa, permita – o desrespeito ou a violência de qualquer tipo contra o direito alheio de expressar e de manifestar a sua afetividade e a sua sexualidade, independentemente de qual for, deverá haver punição – proporcional à prática de crime de ódio, análogo ao racismo e à violência contra a mulher. Talvez, dessa forma, aliada à cultura educacional do respeito e do reconhecimento da alteridade e da diversidade, não precisemos mais presenciar atos de violência verbal ou física contra pessoas que nada fizeram de mal para a sociedade.

A equipe docente pesquisada corrobora com a essencialidade da abordagem do tema, como forma de minimizar e de combater a discriminação, a violência e o preconceito, ainda que não tenha materializado ações efetivas de esclarecimento e de luta nesse sentido. Conforme um professor da área de Linguagens, precisamos “promover espaços para a democratização de ideias e de respeito aos homossexuais. Isso pode ocorrer com o desenvolvimento de projetos pedagógicos que trabalhem o tema especificamente”. Dando-se voz a quem não tem, deixando claro que tanto faz ser hétero, bi, trans ou homossexual, e que o que importa é o caráter, divulgando posicionamentos que valorizem a juventude como um todo, talvez sejam alcançadas práticas que, a médio prazo, tornem o assunto não mais algo proibido, mas natural, e que remetam as expressões de violência e de discriminação contra a pessoa homossexual a narrativas do passado.

A educação pode mudar muita coisa, afinal, “uma pessoa bem informada é também capaz de aceitar as diferenças”, como declara uma estudante de 23 (vinte e três) anos. De fato, há de haver o entendimento de que a homofobia é um problema de toda a sociedade, e não apenas de gays, conforme corroboraram 67 (sessenta e sete) dos/as estudantes questionados/as. Segundo eles/as, “a sociedade é muito preconceituosa”. Além de preconceituosa, injusta.

Uma aluna de 17 (dezessete) anos frisa que “as pessoas deveriam saber que cada um tem a sua orientação e, sinceramente, homossexualidade não deveria – de forma alguma – ser tratada ou vista como uma doença”. Doença, de fato, não é, nem nunca foi. Porém, certamente ainda é um grande tabu. E para que não mais seja tão evitada, como se fosse uma anomalia, para que se aprenda a conviver com ela como um aspecto natural da realidade de todas e de todos, é preciso fazer conhecê-la. Afinal, “nunca vamos conseguir nada com a minoria, então, temos que lutar juntos”, conforme depoimento de um aluno de 17 (dezessete) anos do 2º ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, instituição historicamente a serviço da ordem, busca a manutenção da “naturalidade”, vigiando os comportamentos e elegendo modelos de condutas. Nesse movimento de controle, objetiva disciplinar corpos e mentes dos/as participantes de sua esfera, sobretudo da classe discente. No conjunto de comportamentos, convicções e atitudes desses indivíduos há a sexualidade, a qual se encontra mascarada pelos discursos da escola, fazendo-se crer que não existe. Mais ainda há essa omissão quando se trata de homossexualidade. Não há um devido enfoque ao assunto, o que gera falta de conhecimento e, conseqüentemente, pré-conceitos. Porém, é óbvio que o papel da escola é contrário, visto que essa instituição deve cultivar o respeito às diferentes formas da sexualidade, bem como desfazer atitudes intolerantes, por meio de diálogo e orientações contínuas.

Na EEEFM Professor José Gonçalves de Queiroz, lócus desta pesquisa, foram aplicados questionários direcionados a alunos/as, professores/as e gestores/as, com a finalidade de investigar como o tema da homossexualidade e o/a estudante homossexual são tratados no espaço acima citado. Ainda, focamos na forma como os/as participantes do cotidiano dessa escola lidam com a homossexualidade e com os/as homossexuais, buscando identificar se há abordagens (pedagógicas ou não) acerca do tema e se elas costumam cultivar a inclusão ou a exclusão de gays e lésbicas. Ademais, por meio dos depoimentos dos respondentes, procuramos identificar indícios de persistência e mesmo de práticas sistemáticas de preconceito e de homofobia na escola e no cotidiano de seus trabalhos e atividades.

Por meio da pesquisa, foi detectado o fato de que a escola ainda não dá o enfoque devido aos temas relativos à orientação sexual, tampouco a respeito de homossexualidade. Por não abordarem o tema na escola, fica evidente um despreparo por parte de professores/as, os quais imaginam que, ao abordar temas biológicos, como reprodução humana, ou prevenção a DSTs, estariam dando conta de toda uma gama de possibilidades acerca da sexualidade e sua pluralidade. A gestão da escola, igualmente, mostra estar despreparada no que tange ao tema, pois apenas cita a diversidade em seus documentos oficiais, não procurando observar se as práticas estão ocorrendo na escola e não promovendo momentos de discussão e abordagem sobre a sexualidade humana e, especificamente, com relação ao respeito e ao reconhecimento da pessoa homossexual.

Detectamos que é essencial que se aborde mais aberta e sistematicamente o tema da homofobia e que se promovam debates a fim de se elucidar a diversidade sexual humana. Dentro da escola pesquisada, como em outros ambientes educacionais, seria um modo (provavelmente o mais adequado) de deixar claro que a homossexualidade não é – e não deve ser tratada como – uma doença. Entretanto, a homofobia, esta sim, pode ser classificada segundo as patologias de ordem psiquiátrica e deve ser enfrentada com a ajuda dos meios educacionais críticos e promotores de diálogo.

Apesar disso, a maioria de alunos/as e professores/as demonstra conviver de forma harmoniosa com qualquer forma de manifestação da sexualidade, visto que afirma não ter problema em fazer amizade com homossexuais. A minoria ainda presa a preconceitos e hábitos sexistas e homofóbicos faz parte, essencialmente, do sexo masculino, dando-nos um panorama do tratamento machista a que esses jovens são submetidos. As meninas que não pretendem fazer amizade com homossexuais se fixam, geralmente, na certeza de que a sociedade ainda é preconceituosa ao extremo, e podem excluir, além dos gays e lésbicas, quem se aproximar deles/as. Assim, se existem comportamentos homofóbicos dentro da escola, mesmo que de forma velada e disfarçada, é sinal de que ainda há um visível despreparo dos/as estudantes tanto para o exercício consciente de sua vida sexual em sociedade quanto para o respeito a qualquer orientação. E essa inaptidão é consequência do despreparo já citado de professores/as e gestão.

Por isso, notou-se que a maior parte dos/as respondentes afirma ser necessária uma formação específica para lidar com as diversas formas de sexualidade na escola. Isso não porque a homossexualidade deva ser tratada como uma doença, mas porque é importante que se entenda mais o assunto, se entre em contato com opiniões e fatos, para buscar a disseminação dos atos discriminatórios que teimam em persistir em nossa sociedade. Os/as professores/as ainda não sabem lidar normalmente com seus/suas alunos/as homossexuais, fazendo com que, muitas vezes, se distanciem deles/as e contribuem, desse modo, para sua invisibilização. Assim, uma formação para a classe docente poderia colaborar bastante para uma maior integração, promovendo a diversidade em prol do bem estar físico, mental e social de todos/as os/as envolvidos/as no processo de ensino e aprendizagem.

Os/as homossexuais ainda enfrentam muitos problemas, em casa, na rua, na escola. São situações que giram em torno do grande preconceito ainda cultivado, como *bullying*, homofobia e exclusão. A ignorância é, certamente, um elemento gerador de muitos desses conflitos. Muitas pessoas não compreendem essa característica da sexualidade humana,

por não conhecerem a realidade dos indivíduos que a apresentam. Desse modo, tendem a agir com preconceito.

Logo, vê-se que é decisivo o papel da escola na promoção do bom convívio entre as diversas formas de sexualidade, de modo a combater os inúmeros casos de homofobia tão recorrente atualmente. Não há que se acostumar com as notícias amplamente divulgadas, que dão conta de agressões verbais e físicas, inclusive assassinatos. É através do conhecimento que vai se tornar possível lutar contra os comportamentos preconceituosos. A educação tem o poder de modificar realidades cruéis e promover um amplo diálogo entre a diversidade. Para isso, é necessário que se comece de algum ponto, com pequenos momentos pedagógicos, como palestras, caminhadas, envolvendo toda a comunidade escolar. Além disso, dentro do espaço das salas de aula, é possível o trabalho do tema em qualquer uma das áreas de conhecimento, bastando do professor um preparo adequado para que se obtenha bons resultados. Dessa maneira, a escola estará cumprindo seu importante papel de formação integral dos indivíduos para a convivência em sociedade.

Não pretendemos, entretanto, concluir aqui pesquisa. A partir dela, surgiram diversos outros questionamentos, os quais podem procurar ser desvendados em pesquisas futuras. Poderíamos investigar, por exemplo, as causas de tantos homossexuais desistirem da escola. Também haveria a possibilidade de entrevistar professores/as e estudantes homossexuais para indagar como eles se sentem no ambiente escolar, desvendando suas descobertas acerca da própria sexualidade desde a infância e o tratamento com a família. Além disso, poderíamos propor e executar atividades sobre a “sexualidade humana” na tentativa de incorporar, de fato, o tema ao currículo, contribuindo para a disseminação da homofobia. Enfim, esperamos em breve retomar o assunto e divulgar nossos resultados na comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278 f. Tese (doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ PCN**. Temas transversais: orientação sexual. Brasília. MEC/SEF. 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a Análise do Discurso em educação**. Scielo: Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Coleção Educação para todos.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

_____. (org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DO/A GESTOR/A



Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares
Professora/pesquisadora: Maria do Carmo Almeida de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira/UNILAB-CE
Questionário integrante da pesquisa: HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA
Será preservado o anonimato do/a respondente.

QUESTIONÁRIO DO(A) GESTOR(A)

01. QUAL A SUA IDADE? _____

02. QUAL O SEU SEXO?

(1) Masculino (2) Feminino

03. QUAL A SUA ESCOLARIDADE? _____

04. QUAL A SUA RELIGIÃO?

(1) Católica romana (2) Evangélica/protestante (3) Espírita (4) Umbandista (5) Nenhuma (6) Outra. Qual?

05. QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Heterossexual (2) Homossexual (3) Bissexual (4) Travesti (5) Assexuado/a (6) Transita por duas ou mais alternativas anteriores

06. O QUE ENTENDE POR *HOMOSSEXUALIDADE*?

07. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

08. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS FORA DA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

09. HOMOSSEXUAIS DO SEXO MASCULINO PODEM USAR BRINCOS, ACESSÓRIOS FEMININOS E MAQUIAGEM NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

10. NA SUA OPINIÃO, É NECESSÁRIA UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA LIDAR COM HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

11. QUAL(IS) O(S) ANO(S) ESCOLARES EM QUE SE TRABALHAM OS CONTEÚDOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL COM OS/AS ALUNOS/AS?

(1) 8º ANO (2) 9º ANO (3) 1º ANO (4) 2º ANO (5) 3º ANO (6) TODOS (7) NENHUM

12. QUAL(IS) A(S) DISCIPLINA(S) QUE COMUMENTE TRABALHA(M), EM SEUS CONTEÚDOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL COM OS/AS ALUNOS/AS?

13. CASO EXISTA O ENSINO ESPECÍFICO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA, QUAIS SÃO OS CONTEÚDOS QUE OS(AS) PROFESSORES(AS) TRABALHAM COM OS/AS ALUNOS/AS?

14. OS DOCUMENTOS DE GESTÃO, AS NORMAS, AS DIRETIVAS E O CURRÍCULO ESCOLAR TENDEM A:

(1) Excluir o/a homossexual da escola (2) Incluir o/a homossexual de forma a ser respeitado/a por toda a comunidade escolar (3) Adequar o/a homossexual ao seu sexo biológico

JUSTIFIQUE: _____

15. O FATO DE ALGUM(A) PROFESSOR(A) OU MEMBRO DO NÚCLEO GESTOR DA ESCOLA SER HOMOSSEXUAL INTERFERE NEGATIVAMENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, OU NOS TRABALHOS ESCOLARES?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

16. VOCÊ CONSIDERA O/A ALUNO/A HOMOSSEXUAL COMO UM PROBLEMA NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

17. VOCÊ ACHA QUE OS SEUS/AS SUAS ALUNOS(AS) ACEITAM OU ACEITARIAM UM/A PROFESSOR/A OU GESTOR/A HOMOSSEXUAL, SEM DISCRIMINÁ-LO/A POR ESTE FATOR?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

18. VOCÊ ACHA QUE OS SEUS/AS SUAS ALUNOS/AS ACEITAM/ACEITARIAM COLEGA(S) HOMOSSEXUAL(AIS) SEM DISCRIMINÁ-LO(A)S?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

19. VOCÊ ACHA QUE OS PAIS E AS MÃES DOS(AS) ALUNOS(AS) ACEITAM/ACEITARIAM LIVREMENTE QUE SEUS/SUAS FILHOS(AS) CONVIVAM/CONVIVESSEM COM HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE:

20. QUE TIPO DE DIFICULDADE VOCÊ ACREDITA QUE OS(AS) ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS PODEM ESPECIFICAMENTE ENFRENTAR NA ESCOLA?

21. VOCÊ ACHA QUE OS(AS) ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS DESTA ESCOLA SÃO ACEITOS EM CASA, NO QUE SE REFERE À ORIENTAÇÃO SEXUAL DELES(AS)?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE:

22. NESTA ESCOLA, JÁ FOI REALIZADO ALGUM TRABALHO, COMO PALESTRA OU PROJETO, SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE?

(1) Sim (2) Não

23. VOCÊ CONSIDERA A HOMOFOBIA UM PROBLEMA:

(1) exclusivo dos(as) homossexuais (2) de toda a sociedade

JUSTIFIQUE:

24. O QUE A ESCOLA PODERIA FAZER PARA DIMINUIR A DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS /AS HOMOSSEXUAIS (HOMOFOBIA)?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO/A PROFESSOR/A



Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares
Professora/pesquisadora: Maria do Carmo Almeida de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira/UNILAB-CE
Questionário integrante da pesquisa: HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA – DISCURSOS DE IN(EX)CLUSÃO
Será preservado o anonimato do/a respondente.

QUESTIONÁRIO DO(A) PROFESSOR(A)

01. QUAL A SUA IDADE? _____

02. QUAL O SEU SEXO?

(1) Masculino (2) Feminino

03. QUAL A SUA ESCOLARIDADE? _____

04. QUAL A SUA RELIGIÃO?

(1) Católica romana (2) Evangélica/protestante (3) Espírita (4) Umbandista (5) Nenhuma (6) Outra. Qual?

05. QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Heterossexual (2) Homossexual (3) Bissexual (4) Travesti (5) Assexuado (6) Transita por duas ou mais alternativas anteriores

06. QUE DISCIPLINA(S) VOCÊ LECIONA NESTA ESCOLA?

07. O QUE ENTENDE POR HOMOSSEXUALIDADE?

08. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

09. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS FORA DA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

10. NA SUA OPINIÃO, HOMOSSEXUAIS DO SEXO MASCULINO PODEM USAR NA ESCOLA BRINCOS, ACESSÓRIOS FEMININOS E MAQUIAGEM?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

11. NA SUA OPINIÃO, É NECESSÁRIA UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA LIDAR COM HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

12. VOCÊ JÁ TRABALHOU OU TRABALHA CONTEÚDOS RELATIVOS À ORIENTAÇÃO SEXUAL COM OS SEUS/AS SUAS ALUNOS/AS?

(1) Sim (2) Não

13. SE A RESPOSTA DA QUESTÃO 12 FOI AFIRMATIVA, O QUE VOCÊ ENSINOU/ ENSINA QUANDO TRABALHOU/TRABALHA ORIENTAÇÃO SEXUAL EM SALA DE AULA?

14. SEGUNDO A SUA OPINIÃO, OS DOCUMENTOS DE GESTÃO, AS NORMAS, AS DIRETIVAS E O CURRÍCULO ESCOLAR TENDEM A:

(1) Excluir o/a homossexual da escola (2) Incluir o/a homossexual de forma a ser respeitado/a por toda a comunidade escolar (3) Adequar o/a homossexual ao seu sexo biológico

15. VOCÊ ACHA QUE O FATO DE ALGUM(A) PROFESSOR(A) SER HOMOSSEXUAL INTERFERE NEGATIVAMENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

16. VOCÊ CONSIDERA O/A ALUNO/A HOMOSSEXUAL COMO UM PROBLEMA DE ALGUM TIPO NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

17. VOCÊ ACHA QUE OS SEUS/AS SUAS ALUNOS(AS) ACEITAM/ACEITARIAM PROFESSORES/AS OU GESTORES/AS HOMOSSEXUAIS SEM DISCRIMINÁ-LOS?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

18. VOCÊ ACHA QUE OS SEUS/AS SUAS ALUNOS/AS ACEITAM/ACEITARIAM COLEGAS HOMOSSEXUAIS SEM DISCRIMINÁ-LOS/AS?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

19. VOCÊ ACHA QUE OS PAIS E AS MÃES DOS/AS ALUNOS/AS ACEITAM/ACEITARIAM LIVREMENTE QUE OS SEUS/AS SUAS FILHOS/AS CONVIVAM/CONVIVESSEM COM HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

20. QUE TIPO DE DIFICULDADE OS/AS ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS PODEM ENFRENTAR NA ESCOLA?

21. VOCÊ ACHA QUE OS/AS ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS DESTA ESCOLA SÃO ACEITOS/AS EM CASA, NO QUE SE REFERE À SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE:

22. NESTA ESCOLA JÁ FOI REALIZADO ALGUM TRABALHO, COMO PALESTRA OU PROJETO, A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE?

(1) Sim (2) Não

23. VOCÊ CONSIDERA A HOMOFOBIA UM PROBLEMA:

(1) exclusivo dos(as) homossexuais (2) de toda a sociedade

JUSTIFIQUE:

24. O QUE A ESCOLA PODERIA FAZER PARA DIMINUIR A DISCRIMINAÇÃO CONTRA HOMOSSEXUAIS (HOMOFOBIA)?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DO/A ALUNO/A



Curso de Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares
Professora/pesquisadora: Maria do Carmo Almeida de Oliveira
Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macedo Pereira/UNILAB-CE
Questionário integrante da pesquisa: HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA – DISCURSOS DE IN(EX)CLUSÃO
Será preservado o anonimato do/a respondente.

QUESTIONÁRIO DO(A) ALUNO(A)

01. QUAL A SUA IDADE? _____

02. QUAL O SEU SEXO?

(1) Masculino (2) Feminino

03. EM QUE ANO VOCÊ ESTUDA? _____

04. QUAL A SUA RELIGIÃO?

(1) Católica romana (2) Evangélica/protestante (3) Espírita (4) Umbandista (5) Nenhuma (6) Outra. Qual?

05. QUAL A SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Heterossexual (2) Homossexual (3) Bissexual (4) Travesti (5) Assexuado (6) Transita por duas ou mais alternativas anteriores

06. O QUE VOCÊ ENTENDE POR HOMOSSEXUALIDADE?

07. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

08. VOCÊ FARIA AMIZADE COM PESSOAS ASSUMIDAMENTE HOMOSSEXUAIS FORA DA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

09. NA SUA OPINIÃO, HOMOSSEXUAIS DO SEXO MASCULINO PODEM USAR NA ESCOLA BRINCOS, ACESSÓRIOS FEMININOS E MAQUIAGEM?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

10. NA SUA OPINIÃO, PROFESSORES/AS E GESTORES/AS DEVERIAM TER UMA FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA LIDAR COM A HOMOSSEXUALIDADE NA ESCOLA?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

11. VOCÊ JÁ TEVE ALGUMA AULA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Sim (2) Não

12. SE A RESPOSTA DA QUESTÃO 11 FOI AFIRMATIVA, EM QUE DISCIPLINA(S) FOI ABORDADO O TEMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL?

13. SE A RESPOSTA DA QUESTÃO 11 FOI AFIRMATIVA, O QUE FOI APRESENTADO/DISCUTIDO NAS AULAS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL?

14. VOCÊ ACHA QUE O FATO DE ALGUM(A) PROFESSOR(A) OU GESTOR(A) SER HOMOSSEXUAL INTERFERE NEGATIVAMENTE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

15. VOCÊ CONCORDA/CONCORDARIA EM TER ALGUM/A PROFESSOR/A OU GESTOR/A HOMOSSEXUAL?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

16. VOCÊ ACHA QUE OS/AS PROFESSORES/AS E OS/AS GESTORES/AS DESTA ESCOLA CONVIVEM COM OS/AS ALUNOS/AS HOMOSSEXUAIS SEM DISCRIMINÁ-LOS/AS?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

17. VOCÊ ACHA QUE OS OUTROS/AS OUTRAS ALUNOS/AS DESTA ESCOLA CONVIVEM COM ALUNOS(AS) HOMOSSEXUAIS SEM DISCRIMINÁ-LOS/AS?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

18. QUE TIPO DE DIFICULDADES VOCÊ ACREDITA QUE OS(AS) ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS PODEM ENFRENTAR NA ESCOLA?

19. VOCÊ ACHA QUE OS(AS) ESTUDANTES HOMOSSEXUAIS DESTA ESCOLA SÃO ACEITOS(AS) EM CASA, NO QUE SE REFERE À SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL?

(1) Sim (2) Não

JUSTIFIQUE: _____

20. NESTA ESCOLA JÁ FOI REALIZADO ALGUM TRABALHO, COMO PALESTRA OU PROJETO, A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE?

(1) Sim (2) Não

21. VOCÊ PARTICIPARIA DE ALGUM EVENTO QUE PROMOVESSE A DIVERSIDADE SEXUAL?

(1) sim (2) não

JUSTIFIQUE: _____

22. VOCÊ CONSIDERA A HOMOFOBIA UM PROBLEMA:

(1) exclusivo dos/das homossexuais (2) de toda a sociedade

JUSTIFIQUE: _____

23. O QUE A ESCOLA PODERIA FAZER PARA DIMINUIR A DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS/AS HOMOSSEXUAIS (HOMOFOBIA)?
